

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DA FIGUEIRA DA FOZ



2024 - 2027



MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Por uma Figueira da Foz mais justa para todos, todos ainda somos poucos.

Nas próximas páginas encontra-se reunido, e resumido, o trabalho de muitas pessoas que, dedicada e afincadamente, têm contribuído para um desiderato que tem algo, é preciso admiti-lo, da maldição de Sísifo, condenado a empurrar por toda a eternidade uma pedra montanha acima, apenas para vê-la resvalar montanha abaixo, também eternamente.

Mas não é um trabalho condenado ao fracasso, nada disso! Muito pelo contrário.

Porque aqui tratamos de vidas, não de números.

E cada vida melhorada, cada pessoa retirada da pobreza, da exclusão social ou da solidão, cada família ajudada, é uma montanha escalada, vencida e conquistada, um universo de possibilidades que se abre, um futuro novo que se cria na nossa comunidade.

Quisera Sísifo ser tão feliz.

Mas não há como o negar, a justiça e a igualdade sociais, as questões de vulnerabilidade social, apresentam-se elas sob a forma de pessoas em risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas múltiplas dimensões, nomeadamente na da imigração, fenómeno que recentemente recrudescceu no nosso país e no nosso Concelho, com particular força em algumas freguesias, obrigam-nos a encarar os desafios com realismo, coragem e tenacidade, sabendo que provavelmente só em sonhos conseguiremos resolver todos os problemas.

Mas nem por isso estamos isentos da responsabilidade de o tentar.

Todos e com todas as nossas forças e capacidades.

As próximas páginas tratam, precisamente, do como, quem, com quem, para quem, onde e quando devemos fazê-lo, depois de ouvidos os quase 200 parceiros no terreno e que integram a Rede Social do Município da Figueira da Foz, materializada através do Conselho Local de Ação Social, a que tenho a honra e o privilégio de presidir.

Tanto o Plano de Desenvolvimento Social como o Plano de Ação são instrumentos dinâmicos, flexíveis. Isto não significa que não comprometam os seus agentes, a começar naturalmente pela autarquia, antes implica que, mediante a alteração das circunstâncias, devemos atualizá-los.

Há um exemplo recente que torna fácil perceber esta necessidade de flexibilização: quem compreenderia que, perante uma pandemia, não se tivessem tomado medidas específicas para proteger os mais vulneráveis?

Temos, ainda, uma responsabilidade acrescida. A Figueira da Foz é um dos municípios que, no país, viu ser aprovada a candidatura à medida Radar Social, o que permitiu a criação de uma equipa técnica multidisciplinar destinada a definir a 'Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais', no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Na base deste projeto está a ideia de que é possível, e desejável, referenciar e conhecer os problemas de pobreza e exclusão social em cada território, para poder detetar precocemente situações de risco e, assim, conseguir agilizar formas de intervenção ajustadas a cada situação, assente no desenvolvimento de um trabalho de parceria e cooperação das várias entidades disponíveis, mobilizando para o efeito toda a rede social.

No fundo, e ainda que de uma forma mais organizada, é a ideia de que «é preciso uma aldeia» não apenas para educar uma criança, como diz um velho provérbio africano, mas para sermos Humanidade e Comunidade.

Queremos que a Figueira da Foz seja um território mais rico para todos.

Rico em famílias e pessoas felizes.

Em crianças alegres e saudáveis nas escolas, com todas as ferramentas necessárias ao seu desenvolvimento harmonioso.

Em jovens e adultos que mesmo quando procuram emprego sabem onde se dirigir, que apoios pedir e como otimizar o seu currículo ou aumentar as suas competências.

Em idosos que socializam e sabem a quem recorrer quando precisam de apoio.

Em pessoas com deficiências com mais apoios e cada vez com mais acessibilidades garantidas.

Em minorias étnicas que partilham a sua cultura sem receio de discriminação.

Em imigrantes integrados e nunca em risco de tráfico de seres humanos ou qualquer tipo de exploração ou discriminação.

Sem pessoas em situação de sem-abrigo ou, pelo menos, com recursos para apoiar aqueles que nessa qualidade se encontrem no nosso Concelho, ainda que provisoriamente.

A todos os que contribuíram para este documento e para o que nele consta, o meu profundo agradecimento, pessoal e institucional.

Acredito verdadeiramente que este é o caminho: ir até ao outro, olhá-lo nos olhos e dizer-lhe «estamos aqui para ti e contigo, agora vamos juntos».

Este é o percurso institucional para fazer esse trajeto, mas nada impede que, nas nossas vidas pessoais, o tentemos fazer também. Pode ser algo tão simples como falar com o vizinho idoso que mora sozinho ou convidar o novo colega de turma do nosso filho, que veio de um país distante para a nossa terra, e ensinar-lhe um pouco da nossa língua.

Porque se mesmo todos somos poucos, podemos ir mudando o mundo de uma pessoa de cada vez.

E queremos começar aqui, na Figueira da Foz, com todos.

A Presidente do CLAS da Figueira da Foz,

Olga Brás

Ficha Técnica

Título:

Plano de Desenvolvimento Social da Figueira da Foz 2024-2027

3ª Revisão – junho 2024

Entidade Promotora:

Câmara Municipal da Figueira da Foz

Paços do Concelho

Av. Saraiva de Carvalho

3084-501 Figueira da Foz

www.cm-figfoz.pt

Documento Elaborado por:

Projeto Financiado no âmbito do PRR

Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, Tipologia de Operação 1.3. Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto

Colaboração:

Parceiros da Rede Social da Figueira da Foz

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

29 de agosto de 2024

Edição, propriedade e reprodução:

Câmara Municipal da Figueira da Foz

ÍNDICE

Nota Introdutória.....	7
Rede Social da Figueira da Foz	10
Nota Metodológica	11
Enquadramento com as Políticas Nacionais e Locais	13
Síntese Diagnóstica	20
1. Saúde	22
1.1. Áreas de Desafio na Saúde	24
2. Grupos Vulneráveis	26
2.1. População em Situação de Desemprego ou Inatividade	26
2.2. Famílias Unifamiliares e Famílias Monoparentais	27
2.3. Crianças e Jovens	27
2.3.1. Desafios específicos que se colocam às Crianças e Jovens ...	29
2.4. População Idosa	30
2.4.1. Desafios específicos que se colocam às Pessoas Idosas	32
2.5. Pessoas em situação de fragilidade económica	34
2.6. Minorias Étnicas	35
2.6.1. Desafios específicos que se colocam às Minorias Étnicas	35
2.7. População Migrante	36
2.7.1. Desafios específicos que se colocam à População Migrante	37
2.8. Pessoas em Situação de Sem Abrigo	38
2.8.1. Desafios específicos que se colocam às Pessoas em Situação de Sem Abrigo	39
2.9. Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	40
2.9.1. Desafios específicos que se colocam às Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	42
2.10. Áreas de Desafio (transversais a todos os Grupos Vulneráveis identificados	43
3. Educação	47
3.1. Áreas de Desafio na Educação	48

4. Emprego, Formação e Qualificações	50
4.1. Áreas de Desafio no Emprego, Formação e Qualificações	51
Eixos Estratégicos de Intervenção Social	53
Eixos Transversais à Coesão Territorial – Desenvolver a Rede Social	
Eixos Transversais à Coesão Territorial – Habitação	
Eixos Prioritários de Intervenção Social	
Eixo I – Saúde e Qualidade de Vida	
Eixo II – Inclusão Social Grupos Vulneráveis	
Eixo III - Educação	
Eixo IV – Emprego, Formação e Qualificação	
Modelo de Monitorização e Avaliação	92
Considerações Finais	94
Referências Bibliográficas	95
Anexos	98

NOTA INTRODUTÓRIA

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, que procede ao reconhecimento público da denominada "Rede Social", designação dada ao conjunto das diferentes formas de entreatajuda com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção e desenvolvimento social, prevê que, através da Rede Social se “fomente a solidariedade social, se otimizem as diferentes capacidades de respostas e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que vão sendo necessárias e possíveis”.

O Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, regulamenta a Rede Social, consagrando os seus princípios, finalidades e objetivos, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos (art. 1.º), definindo ainda os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados (art. 35 a 37.º).

O Plano de Desenvolvimento Social do Município da Figueira da Foz 2024-2027 é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos instrumentos de planeamento elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Constitui-se como um instrumento dinâmico, que resulta de um processo de recolha e operacionalização da estratégia de desenvolvimento local iniciada com a elaboração do Diagnóstico Social e pretende ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, com as etapas e estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos diferentes atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

O conceito de “desenvolvimento social” tem como objetivo central contribuir para a igualdade de oportunidades e garantir condições de vida dignas e direitos de cidadania para todos/as. Esta ideia pressupõe a tomada de consciência coletiva dos problemas existentes, a mobilização dos atores sociais para a resolução dos mesmos e a promoção do desenvolvimento apoiado nas redes locais e nas forças endógenas que estas consubstanciam.

A intervenção em rede constitui, assim, o motor dos processos de desenvolvimento social local.

O desenvolvimento social assenta nos seguintes pilares (in “Plano de Desenvolvimento Social” do Programa Rede Social, elaborado pelo Núcleo da Rede Social, Departamento de Investigação e Conhecimento, pág. 13 -14):

- * Erradicação da pobreza, dando especial urgência às situações de pobreza absoluta;
- * Promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho e dirigindo esforços para a redução do desemprego;
- * Integração social, salientando-se a necessidade de implementação de medidas destinadas a reforçar a coesão social, reconhecendo a importância da família e da comunidade.

Deste modo, pressupõe-se uma noção de desenvolvimento sustentável que articula o desenvolvimento económico, social e ambiental, bem como a participação ativa e concertada dos atores interessados.

Este documento pretende constituir-se como um documento transversal, na sequência de vários documentos elaborados no âmbito da Rede Social, nomeadamente o Diagnóstico Social, o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, o Plano Municipal para a Igualdade de Género 2017-2019, o Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas 2019-2022, visando:

- * Promover uma melhor articulação entre as políticas locais e as políticas e medidas nacionais, de forma a permitir ganhos de eficácia e eficiência na sua aplicação;
- * Dotar o território e os seus atores de instrumentos de planeamento que permitam enquadrar e justificar novos projetos e respostas que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- * Dar continuidade ao trabalho em parceria e às práticas de intervenção local.

Pode dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Social parte do Diagnóstico Social da realidade municipal e traça o retrato de uma situação social desejável, mas realista, incluindo uma programação estratégica das ações a desenvolver para a alcançar.

Este Plano orienta, assim, as respostas às necessidades individuais e coletivas, procurando vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do município.

Torna-se, portanto, necessária uma conjugação de vontades e de políticas sociais direcionadas para diferentes domínios, tais como a habitação, a saúde, a educação, o emprego, a ação social e outras, dentro de uma conceção de desenvolvimento do território que contemple uma visão

global, a participação dos/das cidadãos/cidadãs e o estabelecimento de formas dinâmicas de parceria.

O presente documento resulta, portanto, de uma leitura do Diagnóstico Social que se consubstanciou em II Eixos Transversais e IV Eixos de Intervenção:

Eixos Transversais à Coesão Territorial:

Desenvolver a Rede Social;

Habitação;

Eixos Prioritários de Intervenção Social:

Eixo I – Saúde e Qualidade de Vida;

Eixo II – Promover uma resposta integrada e estruturada para as situações de risco e de vulnerabilidade social;

Eixo III – Educação;

Eixo IV – Emprego, Formação e Qualificação;

O mesmo deverá afigurar-se como um instrumento flexível e passível de ser melhorado e aprofundado, bem como de sofrer ajustamentos, uma vez que a sua flexibilidade deve permitir a inclusão de novas iniciativas, novas metodologias e o envolvimento dos diferentes organismos públicos e entidades da sociedade civil implantados localmente no território.

Este Plano, ao ter por base um modelo de governação integrada, prevê a execução das várias medidas numa lógica de articulação entre todos os parceiros e na mobilização da participação das comunidades, sempre sustentados na ideia de que é no envolvimento de todos e todas que se faz a integração.

REDE SOCIAL DA FIGUEIRA DA FOZ

O Município da Figueira da Foz foi um dos 41 municípios-piloto a aderir ao Programa Rede Social, em 2002.

A Rede Social pretende constituir uma parceria alargada, efetiva e dinâmica, que integre os vários setores e parceiros numa lógica territorial para a promoção do desenvolvimento social materializada nas estruturas do Conselho Local de Ação Social e Comissão Social de Freguesia.

O Conselho Local de Ação Social, constituído nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197 de 18 de novembro de 1997 e do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho e de acordo com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-0/98, é atualmente composto por 197 Entidades ou Organismos do setor público, IPSS, ONG, Associações, Juntas de Freguesia e Empresas/Entidades.

Atualmente, este órgão integra na sua estrutura o Núcleo Executivo e os Grupos de Trabalho – Instrumentos de Planeamento; Apoio às Comissões Sociais de Freguesia, Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade, Plano Sénior e Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo.

Enquanto plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados tem como objetivos:

- * Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- * Promover o desenvolvimento social integrado;
- * Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- * Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos dos Planos Nacionais;
- * Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género;
- * Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- * Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

NOTA METODOLÓGICA

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social são ambos parte integrante do processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social do Município da Figueira da Foz.

O Plano de Desenvolvimento Social do Município da Figueira da Foz 2024-2027 é um instrumento de planeamento estratégico a nível municipal, resultado de um processo construtivo entre os parceiros da Rede Social da Figueira da Foz, que se desenvolve, tal como preconizado no Programa Rede Social, a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo por base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção local definidas nesse documento.

As linhas estratégicas definidas são resultado da metodologia participativa, de investigação ação aplicada na fase do Diagnóstico Social para a recolha de informação e que incidiu na:

1. Recolha e tratamento dos dados das estatísticas oficiais fornecidos pelas entidades parceiras, relativos às áreas abordadas no diagnóstico;
2. Análise documental de estatísticas de referência a nível nacional, planos e relatórios referentes às áreas que integram o Diagnóstico;
3. Realização de Focus Group presenciais:
 - a. Recolha das perceções dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, organizados por área temática;
 - b. Recolha da perceção das Comissões Sociais de Freguesia constituídas;
 - c. Recolha da perceção dos Presidentes de Junta das Freguesias que não têm Comissão Social de Freguesia constituída e/ou em funcionamento;
4. Realização de um inquérito online aos munícipes (ver anexo I).

Nos Focus Group, organizados por área temática, os parceiros contribuíram não só com a sua visão, conhecimentos e experiência, mas também identificaram propostas de ações.

Tendo como ponto de partida as áreas prioritárias e os desafios identificados no Diagnóstico Social como prioridades de intervenção, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ações prioritárias, bem como as entidades envolvidas na sua execução e os correspondentes indicadores de execução.

Importa ainda referir que o Plano de Desenvolvimento Social é um documento estratégico dinâmico e aberto, pelo que, em função das mudanças socioeconómicas, poderá ser necessário efetuar ajustamentos e ou adaptações, nos momentos de execução e avaliação.

ENQUADRAMENTO COM AS POLÍTICAS NACIONAIS E LOCAIS

Os instrumentos de planeamento da Rede Social - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação foram construídos de forma alinhada e enquadrada com orientações das estratégias nacionais nas diferentes áreas temáticas e a posterior concertação com os instrumentos de estratégia locais.

Para o efeito foram tidos em consideração os seguintes documentos:

Estratégia Portugal 2030

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020)

Visão estratégica para recuperar a economia e proteger o emprego, assente em quatro agendas temáticas:

Agenda temática 1 – “as pessoas primeiro”: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade, com vista a garantir a sustentabilidade demográfica e uma sociedade menos desigual e com elevados níveis de inclusão;

Agenda temática 2 – digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;

Agenda temática 3 – transição climática e sustentabilidade de recursos;

Agenda temática 4 – um país competitivo externamente e coeso.

Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) – 2018 - 2030

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023)

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual, alinhada temporalmente e substancialmente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, apoia-se em três Planos de Ação em matéria de não discriminação em razão do sexo e de igualdade entre mulheres e homens (IMH), de prevenção e combate a todas as formas de violência de género e violência doméstica (VMVD) e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais (OIEC).

A ENIND assenta em quatro eixos estruturais de ação global e estrutural, para os quais convergem os objetivos estratégicos e específicos, concretizados nos planos de ação, definidos da seguinte forma:

1. Integração das dimensões do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios;
2. Participação plena e igualitária na esfera pública e privada;
3. Desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro;
4. Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica e da violência exercida contra as pessoas LGBTQIA+.

A ENIND integra três Planos de Ação, estruturados nos seguintes objetivos estratégicos e específicos:

- Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH):

1. Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações, a todos os níveis da Administração Pública;
2. Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional;
3. Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de Género;
4. Promover a IMH no ensino superior e no desenvolvimento científico e tecnológico;
5. Promover a IMH na área da saúde ao longo dos ciclos de vida de homens e de mulheres;
6. Promover uma cultura e comunicação social livres de estereótipos sexistas e promotoras da IMH;
7. Integrar a promoção da IMH no combate à pobreza e exclusão social.

- Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD):

1. Prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação;
2. Apoiar e proteger – ampliar e consolidar a intervenção;
3. Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização;

4. Qualificar profissionais e serviços para a intervenção;
5. Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas;
6. Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados.

- Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC)

1. Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTQIA+ e da discriminação em razão da OIEC;
2. Garantir a transversalização das questões da OIEC;
3. Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTQIA+ na vida pública e privada.

Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2022 - 2025

(Revisão em consulta Pública)

O combate ao tráfico de seres humanos é um crime contra a liberdade pessoal e constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos. Entre os anos de 2007 e 2021, foram implementados quatro planos nacionais de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos. A vigência do IV Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos terminou, encontrando-se em fase de consulta pública a revisão das linhas orientadoras do próximo plano.

A proposta aponta para uma linha de continuidade da intervenção assente em três objetivos estratégicos:

1. OE1 – Consolidar e reforçar o conhecimento e informar e sensibilizar sobre a temática do TSH;
2. OE2. - Assegurar às vítimas de tráfico um melhor acesso aos seus direitos, consolidar, reforçar e qualificar a intervenção;
3. OE3 – Reforçar a luta contra as redes de crime organizado, nomeadamente desmantelar o modelo de negócio e desmontar a cadeia de tráfico.

Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023)

O desafio estratégico deste plano de ação é acelerar a redução das desigualdades socioeconómicas e prosseguir o combate determinado a todas as formas de discriminação.

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza - ENCP organiza-se em torno de seis eixos estratégicos:

- a) Eixo 1 - Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias;
- b) Eixo 2 - Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza;
- c) Eixo 3 - Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza;
- d) Eixo 4 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos;
- e) Eixo 5 - Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local;
- f) Eixo 6 - Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.

Plano de Ação da Garantia para a Infância

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro)

O Plano de Ação da Garantia para a Infância (2022-2030) foi aprovado na sequência da Recomendação Europeia da Garantia para a Infância e surge das preocupações da Estratégia Nacional para o Combate à Pobreza, em alinhamento com os Pilares Europeus dos Direitos Sociais, com os ODS, com a Estratégia Nacional do Direitos das Crianças (2021-2024) assumindo a convergência com a redução da pobreza e promoção da inclusão social das crianças, jovens e das suas famílias, ao valorizar a diversidade e a construção de uma verdadeira sociedade intercultural.

O Plano organiza-se em 4 pilares estratégicos:

1. Emprego, Qualificações e Competências
 - Promover a integração no mercado de trabalho e valorizar salários
 - Aumentar a qualificação/competências dos adultos, em especial dos que integrem famílias com crianças;
2. Proteção Social e Ação Social:
 - Reforçar a proteção social das crianças e jovens e suas famílias;
 - Promover uma ação social próxima e integrada junto das famílias com crianças e jovens;
3. Serviços de Qualidade:
 - Garantir o acesso a respostas de primeira infância de qualidade;
 - Garantir o acesso a uma resposta educativa e a atividades em contexto escolar de qualidade;

- Reforçar o acesso a cuidados de saúde, promoção da saúde, prevenção da doença e cuidados especializados de qualidade;
 - Promover o acesso a uma alimentação saudável
 - Promover o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade com crianças e jovens a uma habitação condigna;
4. Inclusão das Crianças e Jovens Vulneráveis:
- Prevenir a institucionalização e promover a desinstitucionalização de crianças e jovens em perigo.

Programa Nacional de Saúde Mental

(Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro)

Importância do reforço da capacidade de resposta dos serviços de saúde mental e aumento da capacidade de resposta das equipas comunitárias de saúde mental.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais assenta em três pilares:

1. Igualdade de Oportunidades e acesso ao mercado de trabalho:
 - Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida;
 - Igualdade de Género;
 - Igualdade de Oportunidades
 - Apoio ativo ao emprego
2. Condições de trabalho justas:
 - Emprego seguro e adaptável;
 - Salário;
 - Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento;
 - Diálogo Social e participação dos trabalhadores;
 - Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada;
 - Ambiente de trabalho são, seguro e bem-adaptado e proteção de dados;
3. Proteção e inclusão sociais:
 - Acolhimento e apoio a crianças;
 - Proteção Social;
 - Prestações por desemprego;
 - Rendimento Mínimo;
 - Prestações Sociais de Velhice;

- Cuidados de Saúde;
- Inclusão das pessoas com deficiência;
- Cuidados de longa duração;
- Habitação e assistência para os sem-abrigo.

Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência (2021-2025)

(Despacho n. 915/MTSS/2019, de 29 de julho)

A ENIPD orienta-se pelos princípios fundamentais do respeito e garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas e pelo respeito pela diferença e diversidade consubstanciada nos seguintes objetivos estratégicos:

1. Cidadania, Igualdade e Não discriminação;
2. Promoção de um ambiente inclusivo;
3. Educação e Qualificação;
4. Trabalho, Emprego e Formação Profissional;
5. Promoção da autonomia e da vida independente;
6. Medidas, Serviços e Apoio Sociais;
7. Cultura, Desporto, Turismo e Lazer;
8. Conhecimento, Investigação, Inovação e desenvolvimento;

Agenda 2030

(Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas a Resolução «Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável»).

Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelos líderes mundiais a 25 de setembro de 2015, estabeleceu um plano de ação centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias com o objetivo de acelerar o desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás.

A Agenda 2030 constitui-se num plano de ação internacional que aborda as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental) de forma interligada, trazendo novos domínios não contemplados nos seus antecessores “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”, como a paz e a segurança, o combate às alterações climáticas, a promoção do crescimento económico inclusivo e a adoção de padrões de consumo sustentáveis.

Nesta Agenda foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que “visam resolver as necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás

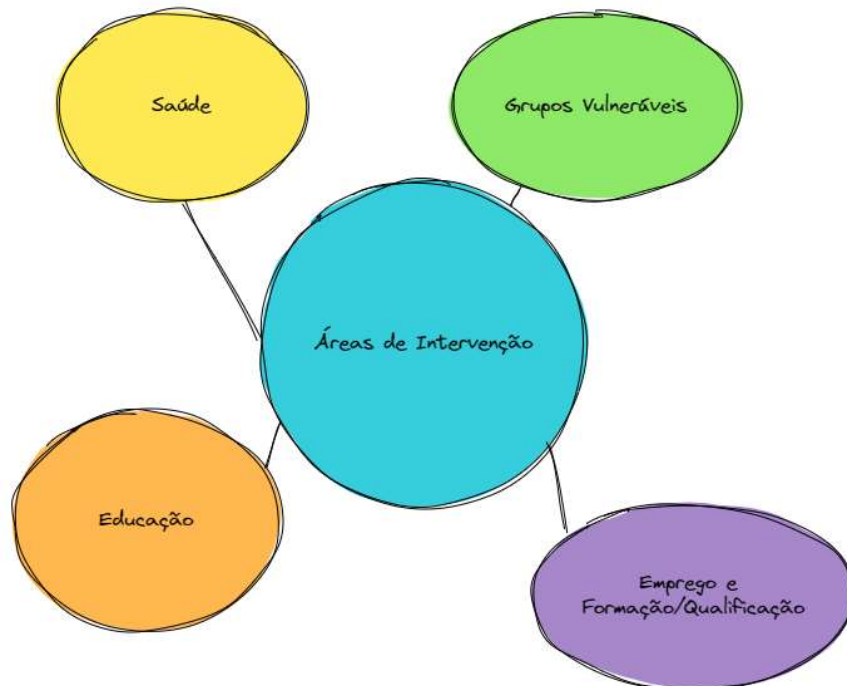


SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Como já referido, o Diagnóstico Social do Município da Figueira da Foz (2024) resulta do tratamento dos dados das estatísticas oficiais (INE e PORDATA) e da recolha de informação de base qualitativa obtida através da realização de *Focus Group*, com os parceiros da Rede Social, das Comissões Sociais de Freguesia e da participação dos munícipes que responderam a um questionário online.

Como resultado desta metodologia foi possível identificar os desafios prioritários à intervenção social, os recursos existentes, bem como as linhas de intervenção subjacentes que agora sustentam a organização deste documento.

Nesta síntese diagnóstica serão apresentados os desafios prioritários identificados no Diagnóstico Social, uma breve caracterização de cada um e o resumo dos principais problemas e necessidades identificadas pelos parceiros e munícipes.



De referir, no entanto, que os desafios se cruzam, pelo que as propostas de intervenção podem aparecer em mais do que uma das áreas.

1. Saúde

O Município da Figueira da Foz dispõe de uma rede de cuidados de saúde primários e de um hospital, agora integrados na Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, de uma Equipa Terapêutica do ICAD – Instituto de Comportamentos Aditivos e Dependências e de diversos estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde privados.

A prestação de Cuidados de Saúde Primários no Município da Figueira da Foz é concretizada pelas seguintes Unidades de Saúde Familiar a um total de 65644 inscritos:

- USF Dólmén (9552),
- USF Claridade (10826),
- USF Nautilus (11 434),
- USF Buarcos (9954),
- USF São Julião (10047),
- USF Salis (7030),
- USF Figueira Sul (6 801)

Dispõe ainda de:

- Unidade de Cuidados na Comunidade “Farol do Mondego”– UCC, que, enquanto unidade funcional, tem por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde. A UCC Farol do Mondego tem 61340 utentes.
- Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, serviço que disponibiliza cuidados de saúde diferenciados como Psicologia e Nutrição, entre outros e que promove e integra diversas parcerias no âmbito de projetos de intervenção comunitária.

Em todas as Unidades Funcionais, verificam-se índices de dependência total acima dos 50%, particularmente nas zonas norte e sul do território.

É notório o peso dos escalões da população mais velha – dos 65 -74 anos e com idade \geq 75 anos, particularmente nos territórios supramencionados, o que normalmente implica uma maior necessidade de cuidados de saúde.

Em agosto de 2024, encontravam-se inscritos 7 429 utentes sem médico de família atribuído.

Atualmente, os cuidados de saúde primários são assegurados por 34 médicos/as, 42 enfermeiros/as, 25 secretários/as clínicos e 29 internos;

Entre os anos de 2021-2022, de acordo com os dados do Relatório e Contas do HDFF, verificou-se um aumento de consultas externas de especialidade nomeadamente de Psiquiatria, Saúde Ocupacional, Otorrinolaringologia e Ortopedia.

De acordo com o mesmo documento, verificou-se ainda um aumento de 53,6% de consultas de enfermagem.

Na área geográfica do Município da Figueira da Foz existem 23 farmácias, na sua maioria localizadas na zona urbana, de acordo com dados disponíveis em <https://www.farmaciasdeservico.net/>.

Embora o Município tenha uma boa rede de farmácias, há dificuldades de acesso nomeadamente a farmácias de serviço e/ou em horário alargado, uma vez que as que prestam estes serviços estão localizadas, na sua maioria, na zona urbana.

De acordo com dados do INE, 2022, em Portugal, comparativamente aos países da EU-27, a perceção de um bom ou muito bom estado de saúde era mais baixa.

Mais de um terço da população com 16 ou mais anos, indicou sentir-se limitado na realização de atividades consideradas habituais para a generalidade das pessoas devido a problemas de saúde, em particular mulheres e população idosa.

No ano de 2023, nasceram no Município da Figueira da Foz 393 crianças (6,5%), valor superior ao registado em 2022.

Por sua vez, a Taxa de Mortalidade no mesmo ano foi de 13,7%, valor linear com os anos anteriores e superior aos valores nacionais (11,2%).

Os Valores da Taxa Quinquenal (últimos 5 anos) de Mortalidade e Neonatal subiram relativamente aos últimos 5 anos anteriores.

As três principais causas de morte identificadas no Município da Figueira da Foz são:

- as doenças do aparelho circulatório (25,9%);
- os tumores malignos (20,1%);
- as doenças do aparelho respiratório (10,4%).

Ao nível da saúde mental, tal como noutros países, é difícil determinar a proporção exata da população portuguesa afetada por perturbações e doenças deste foro, devido a limitações

metodológicas específicas que conduzem frequentemente a uma subavaliação do peso real das perturbações mentais.¹

De acordo com o “Perfil de Saúde do País 2023”², em 2019 “(...) mais de 2,25 milhões de pessoas em Portugal sofriam de uma perturbação de saúde mental, o que representa 22% da população, um valor superior à média de 16,7% da EU.”.

De entre estas, as perturbações de ansiedade eram as mais frequentes (9%), seguidas das perturbações depressivas (6%) e das perturbações associadas ao consumo de álcool e de drogas (4%).

Em 2023, encontravam-se em acompanhamento pela Equipa de Prevenção, Tratamento e Reinserção da Figueira da Foz, um total de 30 pessoas, 22 do sexo masculino e 8 do sexo feminino, na sua maioria com idades compreendidas entre os 10 e os 30 anos (N= 16 – 10 a 20 anos).

1.1. Áreas de Desafio na Saúde

Tendo por base as principais problemáticas identificadas na área da saúde no Diagnóstico Social do Município da Figueira da Foz (2024), que constam de anexo ao presente documento, identificam-se como mais prementes os desafios a seguir identificados por áreas de desafio:

1. Aumentar a literacia em saúde
Falta de informação
Falta de informação sobre os programas municipais
Não valorização da prevenção da doença e da promoção da saúde
2. Descanso do cuidador
Lista de espera para a integração de utentes no descanso do cuidador – RNCC
Resistência à intervenção e/ou frequência de grupos de autoajuda
Desgaste físico e psicológico dos/as cuidadores/as
Gravidade das doenças (demência e incapacidade) de alguns idosos não institucionalizados
Carência de ajudas técnicas/ produtos de apoio

¹ State Of Health in the EU, “Portugal, Perfil de Saúde do país 2023”, OECD, European Observatory

² State Of Health in the EU, “Portugal, Perfil de Saúde do país 2023”, OECD, European Observatory

3. Funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários;
Insuficiência de recursos humanos, nomeadamente nas áreas da medicina e psicologia
Falta de recursos humanos na área da obstetrícia, o que cria dificuldades no acompanhamento e resposta a mulheres grávidas
Sobrecarga dos profissionais – acumulação de funções
Desmotivação dos profissionais
Condições de trabalho desadequadas para os profissionais
Dificuldade em agendar consultas médicas
Falta de sensibilização da comunidade para a importância da saúde oral
Constrangimentos financeiros para criação/manutenção de Balcão SNS
4. Respostas na área Saúde Mental
Falta de respostas para saúde mental
Falta de respostas para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo
5. Vulnerabilidade das PSSA
Inexistência de uma equipa de intervenção comunitária específica para apoio a PSSA
Inexistência de resposta de alojamento de 1.ª linha para PSSA
Toxicod dependência e problemas de saúde mental das PSSA
6. Rede de transportes deficitária
Insuficiente resposta de transportes rodoviários na zona norte e sul do Município;
Dificuldades de deslocação às unidades de saúde, hospital e outros serviços por parte dos utentes
7. Comunidade Migrante
N.º elevado de população imigrante sem médico de família atribuído
Dificuldade em dar resposta às grávidas, devido ao seu elevado número
Dificuldades de comunicação, em particular com migrantes asiáticos
Barreira Linguística e diferenças culturais

2. Grupos Vulneráveis

Entenda-se por grupos vulneráveis o conjunto de pessoas que, por condições sociais, étnicas, culturais, políticas, educacionais, entre outras, veem estabelecidas diferenças face à maioria dos membros da sociedade, diferenças essas comumente designadas de desigualdade, tornando-os vulneráveis.

De acordo com o Relatório de 2023 da EAPN, “Pobreza e exclusão social”, em 2022, permanecem como grupos mais vulneráveis:

- * População em situação de desemprego e inatividade (60,1%);
- * Famílias compostas por apenas um adulto e pelo menos uma criança dependente (35,7%); seguida das famílias com dois adultos e três ou mais crianças (27,8%) e das famílias compostas por apenas um adulto isolado (26,7%);
- * Estrangeiros com nacionalidade extracomunitária (34,1%);
- * As pessoas com um grau de limitação da atividade severo (31,4%);
- * As pessoas com baixo nível de escolaridade (no máximo até ao ensino básico) (27,7%);
- * Os residentes em áreas pouco povoadas (26,4%);
- * Adultos, com mais de 65 anos, que vivam sós;
- * As mulheres (20,7%), em particular as mulheres que vivem sozinhas, ou com mais de 65 anos (1 em 4 mulheres com mais de 75 anos está em risco de pobreza);
- * As crianças (20,7%), em particular as crianças dos 12 aos 17 anos e jovens dos 18 aos 24 anos;
- * População com mais de 65 anos ou mais (20,5%), onde ocorreu um aumento muito expressivo da vulnerabilidade, ao nível da privação material e social, em particular idosos com 75 ou mais anos;
- * Adultos dos 50 aos 64 anos, onde se verifica uma dificuldade de transição de uma situação de desemprego ou inatividade para uma situação de emprego.

O crescimento urbano, o aumento da imigração e o aumento da população idosa fizeram emergir e/ou agravar, nas últimas décadas, problemas sociais que culminaram no aparecimento de grupos sociais mais vulneráveis a situações de risco.

2.1. População em situação de desemprego e/ou inatividade

Segundo os dados disponíveis no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), em julho de 2024 existiam, no Município da Figueira da Foz, 2234 residentes inscritos em situação de desemprego, 45,05% dos quais do sexo masculino e 54,95% do sexo feminino.

Do número de inscritos/as, a maioria estava registada há menos de um ano (58,68%) e procurava novo emprego (88,9%).

A proporção de núcleos familiares de casais com 1 elemento do casal desempregado no Município da Figueira da Foz é de 5,14 %, valor superior ao da Região de Coimbra (4,14%) ms inferior à referência Nacional (6,09%).

As áreas de desafio desta população serão consideradas na área do Emprego, Formação e Qualificação.

2.2. Famílias Unifamiliares e Famílias Monoparentais

No ano de 2021, residiam no Município da Figueira da Foz, 24 606 famílias, 6 625 (26,9%) com apenas 1 elemento no agregado familiar, o que demonstra um aumento de 16,8% relativamente ao ano de 2011.

Face ao ano de 2011, verificou-se um aumento de 2,4% do número de pessoas que vivem sós, correspondendo a 11,2% da população residente no Município.

O número de famílias de 2 pessoas aumentou 2,1%, mas o número de famílias de 3 ou mais pessoas diminuiu 6,5%.

No mesmo ano, no Município da Figueira da Foz residiam 18 204 núcleos familiares, dos quais 12 308 são núcleos constituídos segundo a categoria casal de direito, 2 780 casais de fato, 455 núcleos familiares monoparentais masculinos e 2 661 núcleos familiares monoparentais femininos.

Os núcleos familiares monoparentais representavam 17,12% do total de núcleos familiares residentes no Município, sendo constituídos por pessoas com + de 65 anos (N=869) e por famílias cujo progenitor se enquadra no grupo etário 45-49 anos (N=491); sendo que 55 % dos núcleos familiares monoparentais femininos (1 463) residiam nas freguesias urbanas de Buarcos e São Julião e Tavadre.

As áreas de desafio destas famílias estão englobadas nos desafios transversais a todos os grupos vulneráveis.

2.3. Crianças e Jovens

A população residente no Município da Figueira da Foz com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos, veio gradualmente a diminuir desde o ano de 2001 a 2021.

A análise da distribuição da população residente até aos 14 anos de idade por freguesia indica que é na Marinha das Ondas que se regista um maior número de crianças com idades entre os

0 – 4 anos de idade, correspondendo a 3,7% da população residente na freguesia (N=117), muito por influência do aumento da população residente migrante.

Face ao total de residentes, é nas freguesias de Tavarede, Marinhas das Ondas e São Pedro que a percentagem do número de residentes com idade até aos 14 é superior (14 e 13%).

Por outro lado, a percentagem de população residente dos 0 aos 14 inferior a 10%, encontra-se nas freguesias de Moinhos da Gândara, Alqueidão, Maiorca e Bom Sucesso.

No Município da Figueira da Foz, o índice de dependência de jovens (que mede a relação entre a população jovem e a população em idade ativa), em 2021 era de (18,46%), valor inferior ao registado a nível Nacional (20,21%) e inferior ao valor do índice para a Região de Coimbra, 18,66%.

Das 363 crianças e jovens em perigo acompanhadas pela CPCJ da Figueira da Foz em 2023, 203 (55,9 %) eram do sexo masculino e 152 (41,8 %) do sexo feminino. 2,2% não tinham informação de género.

Da totalidade de crianças e jovens acompanhados/as, 11 foram identificadas como tendo algum tipo de deficiência e/ou incapacidade, sendo 6 do sexo masculino e 5 do sexo feminino.

No que concerne ao escalão etário das crianças e jovens acompanhadas, a maioria tem entre 11-14 anos (121 -33.3 %), seguido do escalão etário dos 15-17 (77 -21,2%).

Quanto à nacionalidade das crianças acompanhadas, 256 (70.5%) são de nacionalidade portuguesa, 38 (10,4%) de nacionalidade brasileira e 64 (17.6 %) de outras nacionalidades (Ucrânia, Angola, Bangladesh, etc.).

O volume processual global (processos transitados, abertos, reabertos, instaurados e transferidos), no ano em apreço, resulta, na sua maioria, de sinalização por mais do que uma situação de perigo, tendo sido identificadas 351 problemáticas sinalizadas.

O Plano de Ação da Garantia para a Infância (2022-2030), foi aprovado na sequência da Recomendação Europeia da Garantia para a Infância e surge das preocupações da Estratégia Nacional para o Combate à Pobreza, em alinhamento com os Pilares Europeus dos Direitos Sociais, com os ODS, com a Estratégia Nacional do Direitos das Crianças (2021-2024) assumindo a convergência entre a redução da pobreza e a promoção da inclusão social das crianças, jovens e das suas famílias, ao valorizar a diversidade e a construção de uma verdadeira sociedade intercultural.

O Município da Figueira da Foz ainda não dispõe de um Núcleo de Garantia para a Infância.

2.3.1. Desafios específicos que se colocam às Crianças e Jovens

Com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social (2024), consideram-se desafios prementes para este grupo:

1. Dinamizar a rede de parcerias
Famílias e crianças com várias dificuldades específicas: ex. ausência de habitação; trabalho temporário e/ou precário; horários de trabalho que dificultam a conciliação com a vida familiar
Novas formas de pobreza, que exigem abordagens multidisciplinares e interinstitucionais
Pouco trabalho em equipa e/ou em rede
Necessidade de articulação entre serviços para a criação de projetos comunitários integrados
Falta de verbas alocadas à intervenção social
Instituições sociais de suporte em esforço financeiro
Recursos Humanos e financeiros desfasados das necessidades
2. Cuidados de saúde
Tempo de espera longo para internamento
Falta de colaboradores dos quadros operacionais nas Unidades de Saúde
Problemáticas de saúde específicas na infância e juventude
Falta de recursos humanos/materiais na área da saúde
Inexistência de uma Unidade de Cuidados Continuados Pediátricos
3. Saúde Mental
Perturbações mentais e dificuldades cognitivas não diagnosticadas / mal diagnosticadas
Problemáticas de saúde específicas
Dificuldade no acesso a consultas de pedopsiquiatria
Problemas de saúde mental infantil
Problemas de saúde mental sem respostas adequadas
4. Dinâmicas familiares - Parentalidade
Desorganização familiar/descompromisso/desresponsabilização parental
Resistência à intervenção social por parte das famílias
Insucesso escolar devido a desinteresse em determinados assuntos ao nível da educação para a cidadania
Permanência prolongada das crianças nas escolas
Falta de envolvimento dos jovens e famílias na comunidade
Dificuldade na conciliação entre a vida familiar e profissional

Alterações no paradigma familiar: desresponsabilização das famílias face ao papel das Instituições
Persistência de situações de violência doméstica (1.ª problemática associada às situações comunicadas/ sinalizadas à CPCJ)
Falta de vínculo e responsabilidades parentais
Situações de violência doméstica
Famílias numerosas/disfuncionais
Dificuldades económicas das famílias
Impacto do desemprego na vida das famílias
Falta de apoio ao estudo para crianças oriundas de famílias desfavorecidas
5. Relação Escola-Família
Fraca participação dos pais/mães/encarregados de educação na vida escolar
Fraca adesão das famílias aos Programas/Respostas existentes
Absentismo escolar
6. Comunidade Migrante
Dificuldade em comunicar com as famílias
Permanência prolongada das crianças nas escolas
7. Jovens em situação de NEET (Not in Employment Education or Training);
Risco de insucesso e abandono escolar (jovens NEET)
Risco de marginalidade precoce
Falta de celeridade de respostas para adolescentes marginalizados
Falta de perspetiva de projetos de vida dos jovens
8. Recursos Humanos
Ausência no investimento de recursos humanos
Vulnerabilidade dos profissionais da área social
Formação para docentes e não docentes, ao nível da multiculturalidade, nomeadamente no acolhimento da comunidade migrante
9. Rede de transportes
Falta de transporte específico (público) para crianças com deficiência e incapacidade (nomeadamente crianças com espectro do autismo)
10. Segurança
Reforço policial junto às escolas

2.4. População Idosa

Em 2021, residiam no Município da Figueira da Foz 16 671 pessoas com 65 e + anos, correspondendo a 28,3% do total de habitantes.

Em 2021, a percentagem de população idosa representava 28,3%, valor superior aos indicadores nacionais (23,4%), enquanto a de jovens (0-14 anos) era de apenas 11,2%, valor inferior à percentagem nacional (12,9%).

Nas últimas décadas os índices de envelhecimento aumentaram de forma exponencial, registando-se no Município da Figueira da Foz, valores superiores ao resultado dos índices nacionais.

O índice de envelhecimento da população, indicador que compara a população com 65 ou mais anos de idade com a população dos 0-14 anos, era de 253 no ano de 2021, ou seja, existiam 253 idosos por cada 100 jovens. Este índice era de 175 em 2011.

Desta forma, agravou-se o fenómeno do duplo envelhecimento da população, sendo este caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem.

A freguesia de Alqueidão foi a que viu diminuir de forma mais significativa a sua população residente, sendo também a que apresenta um maior índice de envelhecimento (433 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 pessoas entre os 0-14 anos).

A freguesia de Bom Sucesso revela o segundo maior índice de envelhecimento (394 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 pessoas entre os 0-14 anos).

A freguesia de Tavarede é a que apresenta o índice de envelhecimento mais reduzido (133 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 pessoas entre os 0-14 anos).

O índice de dependência total registado no Município da Figueira da Foz (65,18%) é, superior ao valor do índice nacional (56,99 %).

Relativamente à análise por freguesias, verifica-se que o índice mais elevado é na Freguesia de Paião (84,53%), seguido da Freguesia de Lavos (76,44%) e da freguesia de Alqueidão (75,74%).

Por sua vez, o índice de longevidade é de 49,83%, também superior ao valor do índice nacional. A perda de mobilidade e a diminuição das acessibilidades aos espaços do quotidiano tornam esta população mais vulnerável, na medida em que o isolamento promove a diminuição do contacto social, para além da perda do acesso a um conjunto de serviços fundamentais (com particular atenção para os serviços de saúde).

Esta realidade agrava-se quando incluímos a questão da esperança média de vida que, ao não ser igual entre os sexos, resulta, frequentemente, na perda de um dos cônjuges e no acréscimo do tempo que o idoso passa sozinho.

Por outro lado, o aumento das famílias unipessoais na última década acentua a questão da segregação social e do isolamento, facto que se torna mais grave quando estas são constituídas por indivíduos com 65 e mais anos. De acordo com os censos de 2021, a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos que vivem sós era de 21,6%.

2.4.1. Desafios específicos que se colocam às Pessoas Idosas

Com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social (2024), consideram-se desafios prementes para este grupo de pessoas:

1. Dinamizar a rede de parcerias
Pouca articulação entre as coletividades e associações
Burocracia no acesso aos serviços
Necessidade de cooperação entre Entidades
2. Capacitação
Falta de pessoas com perfil técnico de “Auxiliar de Geriatria”
Excesso de teoria nas ofertas formativas nos cursos de “Auxiliar de Geriatria” e outros equiparados
3. Cuidados de saúde
Tempo de espera longo para internamento
Falta de colaboradores dos quadros operacionais nas Unidades de Saúde
Problemáticas de saúde específicas e comorbilidade
Aumento da esperança média de vida
Falta de cuidados primários ao idoso (exemplo: toma da medicação)
Falta de recursos humanos/materiais na área da saúde
Inexistência de uma Unidade de Cuidados Continuados
4. Saúde Mental
Doença mental não diagnosticada
Problemáticas de saúde específicas
Aumento de casos de demências e seu impacto na autonomia pessoa
Consumo excessivo de álcool
5. Dinâmicas familiares
Emigração de filhos e outros familiares, com perda de rede de suporte
Insuficiência de suporte familiar
Ausência de investimento nas famílias de acolhimento para idosos – falta de incentivos e informação
Adiamento da integração dos idosos em instituições (paradigma familiar) – questão económica
Novos paradigmas laborais
Condicionamento da autodeterminação dos idosos (imposição dos filhos)
Aumento dos casos de violência, negligência e maus-tratos contra idosos

Baixos rendimentos dos idosos e suas famílias
Idosos: esquecimento por parte da família
Ausência de vínculos e responsabilidades parentais e filiais
Mentalidades direcionadas para o trabalho e pouco para o apoio aos ascendentes
6. Respostas Sociais
Lacunas no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
Ausência de Equipas de Saúde em todas as ERPI's
Desvalorização e deturpação do conceito de família
Horários de funcionamento do apoio domiciliário
Dificuldade em recrutar Recursos Humanos e com experiência
Limitações infraestruturais das ERPI's
Falta de respostas sociais da rede solidária para a população idosa, nomeadamente em ERPI's
Utentes mais carenciados sem apoio de retaguarda e sem comparticipação do ISS, IP.
Falta de recursos financeiros das instituições
7. Isolamento Social
Adiamento da integração dos idosos em instituições
Idiosincrasias – pessoas idosas que, da perspetiva técnica, necessitam de apoio, mas, por opção pessoal, o recusam
Isolamento territorial (rede de transportes públicos pouco abrangente)
Desproteção dos idosos em situação de isolamento
Solidão dos idosos
Falta de interação social e exclusão digital
Falta de segurança (perigo de burlas e de outros crimes)
8. Envelhecimento Ativo e Saudável
Reduzida implementação de atividades socioculturais e desportivas
Atribuição do rótulo “idoso” a pessoas jovens e ativas (sobretudo entre os 65 e 75 anos de idade)
Importância da integração de jovens nas redes de apoio aos idosos
Pouca abrangência territorial na oferta de atividades/espços alternativos para lazer
Falta de uma oferta abrangente de espaços adequados para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais e sociais para os idosos
9. Exaustão e falta de (in)formação dos cuidadores informais
Limitação de Vagas na Rede Nacional de Cuidados Continuados (descanso do cuidador)
Cuidadores informais sem rede de suporte
10. Habitação
Parque habitacional envelhecido e/ou sem acessibilidades
Habitações inadequadas
11. Recursos Humanos

Desinteresse e (in)disponibilidade de pessoas para trabalhar na área da Terceira Idade
Resistência à formação por parte de alguns colaboradores
Desmotivação e falta de atratividade das carreiras na área social
Exigências das tarefas que provocam um grande desgaste
12. Rede de transportes
Falta de transportes para os colaboradores se deslocarem às zonas Norte e Sul
Transporte coletivo (autocarro) disponibilizado pelo Município, é limitado

2.5. Pessoas em situação de fragilidade socioeconômica

A 1 de outubro de 2022, o Município da Figueira da Foz assumiu a transferência de competências no domínio da Ação Social, implementando o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, um serviço dirigido a beneficiários de Rendimento Social de Inserção e outros em situação de fragilidade socioeconômica.

Uma das áreas de intervenção transferidas para o município foi a coordenação do Núcleo Local de Inserção (NLI), que inclui a celebração e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O Rendimento Social de Inserção é um apoio destinado a proteger pessoas em situação de insuficiência econômica, constituído por: uma prestação em dinheiro, para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e um programa de inserção que integra um contrato, o qual é composto por um conjunto de ações estabelecidas de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando a progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros. A 31 de julho de 2024, eram 566 os processos de RSI em acompanhamento.

No âmbito da ação social, o SAAS da Figueira da Foz acompanhava, a 1 de janeiro de 2024, 633 processos familiares no âmbito da ação social. Até 30 de junho de 2024, esse número aumentou para 886, representando um acréscimo de 253 processos familiares no primeiro semestre de 2024.

2.6. Minorias Étnicas

Atualmente, e de acordo com um estudo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) em parceria com o ACIDI (agora denominado de ACM – Alto Comissariado para as Migrações), a percentagem de indivíduos ciganos/as na população do Município da Figueira da Foz situa-se entre os 0,51% e 1%.

Tendo por base os dados recolhidos, as comunidades ciganas que vivem na Figueira da Foz são um grupo bastante heterogéneo, sendo que a grande maioria ainda se encontra numa situação de vulnerabilidade, com baixos níveis de escolarização e de formação profissional, que se repercute nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e na grande dependência das medidas de política social como o RSI e a habitação social.

De acordo com dados da Empresa de Habitação Social Figueira Domus, foram atribuídos a famílias de comunidades ciganas 121 alojamentos de habitação social (HS), ou seja, 23,5% da totalidade destes alojamentos.

O bairro com maior número de alojamentos atribuídos a famílias ciganas é o Bairro da Fonte Nova, na freguesia de Alhadas (44 Alojamentos) e o bairro com maior proporção de alojamentos atribuído a famílias ciganas, o bairro de Vila Robim, em Tavarede (51,43%).

2.6. 1. Desafios específicos que se colocam às Minorias Étnicas

Com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social (2024), consideram-se desafios prementes para este grupo de pessoas:

1. Educação/Formação
Absentismo e abandono escolar precoce
Questões culturais, desvalorização do papel da escola
Desvalorização pelas famílias do papel da escola
2. Emprego/Desemprego
Baixos níveis de escolaridade
Hábitos/rotinas de trabalho
Baixos níveis de qualificação profissional
Preconceito laboral
3. Dinâmicas da Sociedade/Integração Social
Auto perceção da discriminação
Ausência de conhecimento sobre as comunidades por parte dos serviços e profissionais das diferentes áreas

Estereótipos culturais
Discriminação
Pouca abertura das comunidades
4. Igualdade de Género
Assimetria de género
Desvalorização cultural do papel da mulher

2.7. População Migrante

Os fluxos migratórios, internos ou externos, são hoje como no passado, uma das principais forças de transformação social em todo o mundo, capazes de acentuar, acelerar ou desacelerar diversos processos de ordem económica, jurídica, política, social ou cultural (Baganha *et al.*, 2010; Castles, 2005).

De acordo com os resultados dos Censos de 2021 reportados no estudo sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal³, residiam em Portugal 542.165 pessoas de nacionalidade estrangeira, representando 5,2% do total da população residente.

Nos últimos 10 anos esse crescimento foi de cerca de 37%, o que corresponde a um acréscimo nominal de 147.669 pessoas. A população brasileira era a mais representativa, representando 36,9% do total de estrangeiros.

No ano de 2022, foram registados 576 pedidos de estatuto de residente, um acréscimo de 16,8% de pedidos face ao ano de 2011, mas foi no ano de 2021 que foram emitidos mais estatutos de residente, 1809, um acréscimo de 1712 vistos face ao ano de 2011.

O Município da Figueira da Foz tem vindo a assistir a um crescimento considerável do número de imigrantes, na sua maioria de países extracomunitários.

A população estrangeira residente no Município aumentou quase para o dobro no período de 10 anos (2,3% ano de 2011 e 4,2% no ano de 2021).

Do total de 2469 indivíduos estrangeiros residentes na Figueira da Foz, a maioria reside nas freguesias de Buarcos e São Julião (53,1%), Marinha das Ondas (13,9%) e Tavarede (13,3%).

Relativamente ao grupo etário entre os 18 e os 60 anos de idade (1684 indivíduos), corresponde a 68,2% do total de indivíduos estrangeiros residentes no Município da Figueira da Foz no ano de 2021), sendo que 17,6% têm idades inferiores a 18 anos.

³ INE, 2021, "O que nos dizem os Censos sobre a População de Nacionalidade Estrangeira Residente em Portugal" in WWW.INE.PT

Relativamente aos níveis de escolaridade, de acordo com os dados dos Censos de 2021, 36% da população estrangeira residente tinha habilitações escolares ao nível do ensino secundário e pós-secundário (N=890) e 19,3%, habilitações escolares de nível superior (N=476).

A tendência de saldo migratório positivo, mantêm-se nos últimos anos, registando no ano de 2023, um saldo de 1280 indivíduos.

A nacionalidade brasileira é a que tem maior expressão, representando 37,9% (1 132 Residentes), seguida das comunidades nepalesa com 9,5% (284 residentes) e ucraniana com 6,9% (206 Residentes).

Estas três nacionalidades representam 54,4 % do total de nacionais de países terceiros residentes na Figueira da Foz.

Esta realidade crescente exige uma consolidação do trabalho de acolhimento e de integração social, “(...) sobretudo de redobrar esforços na correta inclusão das segundas e terceiras gerações, daqueles que, descendendo de imigrantes, já são novos cidadãos portugueses, através de mais ações de integração em escola, formação e emprego e de boas práticas que inculquem nos jovens uma cultura de responsabilidade, participação na sociedade de que fazem parte”.⁴

2.7.1. Desafios específicos que se colocam à População Migrante

Com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social (2024), consideram-se desafios prementes para este grupo de pessoas:

1. Necessidade de diagnóstico local atualizado
Desconhecimento do número de migrantes residentes
2. Educação/Formação
Dificuldades de integração em respostas de educação/formação para jovens com 18 e mais anos
Barreira da língua para melhor acessibilidade aos serviços
Aumento do número de crianças em idade pré-escolar e escolar
3. Emprego/Desemprego
Aumento das situações de desemprego
Dificuldade por parte da comunidade migrante em obter certificados de equivalência escolar e profissional
Barreira da língua para acessibilidade aos serviços
Baixos Níveis de Escolaridade

⁴ ACM, “Plano Estratégico para as Migrações”, (2015-2020)

4. Dinâmicas da Sociedade/Integração Social
Questões culturais que impactam na integração social destas populações
5. Igualdade de Género
Assimetria de género
6. Cuidados de Saúde
Pouco acesso aos cuidados de saúde por questões culturais
7. Dependências
Nova realidade (2 anos) ao nível do consumo de álcool e impacto na família
8. Habitação
Sobrelotação das habitações
Falta de habitação
9. Recursos Humanos
Dificuldade dos Técnicos em conhecer e acompanhar as famílias
10. Serviço de proximidade
Falta de apoio jurídico (morosidade nos processos de regularização)
11. Rede de transportes
Rede de transporte desadequadas às necessidades

2.8. Pessoas em Situação de Sem Abrigo

O fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, assumiu-se como temática prioritária na agenda política europeia e nacional desde o ano 2000.

Em 2009 foi criada a 1.ª Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015 (ENIPSA), a qual tinha por objetivo a criação de condições que garantissem a promoção da autonomia das pessoas sem-abrigo, através da mobilização de todos os recursos disponíveis, de acordo com o diagnóstico e as necessidades individuais, com vista ao exercício pleno da cidadania.

O modelo de intervenção definido assenta numa premissa de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.

Encontram-se identificadas no Município da Figueira da Foz 24 Pessoas em Situação de Sem abrigo, 19 sem teto, 3 sem casa e 2 em situação de risco, cuja fonte de rendimento, quando existe, é o rendimento social de inserção.

A média de idades das PSSA sinalizadas é de 47 anos. As mesmas foram sinalizadas ao NPISA da Figueira da Foz, sendo que 41,7% (16) têm idades compreendidas entre os 36 e os 50 anos, 20,8% (5) entre os 50 e 60 anos e 12,5% (3) + de 60 anos.

Tendo em consideração a avaliação do trabalho desenvolvido pelo NPISA, foi aprovado por unanimidade, na reunião de 30 de maio de 2022, a criação de um grupo de trabalho técnico com o objetivo de operacionalizar com maior eficácia e eficiência as situações de Pessoas em Situação de Sem Abrigo.

2.8.1. Desafios específicos que se colocam às Pessoas em Situação de Sem Abrigo

Com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social (2024), consideram-se desafios prementes para este grupo de pessoas:

1. Necessidade de diagnóstico local atualizado
Défice de informação sobre a realidade da população sem abrigo no Município da Figueira da Foz
2. Dinamizar a rede de parcerias
Melhor articulação Interinstitucional entre serviços na resolução dos casos
Consolidar a intervenção do NPISA
Insuficiência de articulação Interinstitucional entre serviços na resolução dos casos
3. Dinâmicas da Sociedade/Integração Social
Representação social associada a pessoas em situação de sem abrigo
4. Habitação
Alojamento de 1.ª linha de resposta à PSSA
Falta de diversificação e especificidade das respostas habitacionais, nomeadamente de habitação social (tipologias T0 e T1 inexistentes)
5. Cuidados de Saúde
Resposta demorada no agendamento de consultas de especialidade
Falta de respostas na área de saúde mental
Dificuldades de concertação/colaboração na alta social e dificuldade/incapacidade do SNS em assegurar resposta a estas situações
Dificuldade de acesso a respostas de saúde oral (questão impactante em diferentes dimensões da vida da pessoa, em particular, no acesso ao mercado de trabalho)
6. Problemas de saúde e de saúde mental
Ausência de rede/suporte familiar
Permanência prolongada na rua

Desvalorização do acompanhamento médico
Resistência na adesão aos tratamentos clínicos propostos
7. Exclusão Social e Privação
Situações de privação material e social
Falta de resposta de apoio alimentar ao fim de semana e feriados
Jovens em situação de sem-abrigo
Dificuldade de integrar PSSA com várias fragilidades de saúde, em Estruturas Residenciais para Idosos
8. Dependências
Comportamentos aditivos
9. Rede de transportes
Rede de transporte desadequadas às necessidades

2.9. Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

A inclusão das pessoas com deficiência é um objetivo estratégico para a valorização de todos os cidadãos. Só uma sociedade que inclui todas as pessoas pode concretizar o seu verdadeiro potencial.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) deu conta de 1.3 mil milhões de pessoas com deficiência ou incapacidade no Mundo (16% da população).

Em Portugal, em 2011, os Censos identificaram 1 792 719 pessoas com alguma deficiência ou incapacidade, mas, em 2021, apresentaram um novo número - 1 085 472 pessoas.

Este decréscimo significativo deveu-se ao facto de, no âmbito da Deficiência, a recolha de dados estatísticos ter sofrido, em 2011, alterações ao nível dos conceitos utilizados. Deste modo, passou o Instituto Nacional de Estatística (INE) a utilizar o conceito de Incapacidade, um conceito mais abrangente que o da “Deficiência” que era utilizado até então.

A incapacidade recai não apenas na população com deficiência, mas também na população com limitações à sua atividade e restrições de participação, sendo indicadores a incapacidade para tomar banho sem ajuda, vestir-se sozinho, andar ou subir degraus, compreender e ser compreendido, entre outros.

Importa, portanto, distinguir os dois conceitos:

- * **Deficiência** - é de carácter permanente, centra-se em condições físicas, mentais e sensoriais, de acordo com uma avaliação médica é mensurável e descrita em termos clínicos.

- * **Incapacidade** - pode ser temporária ou permanente, o seu grau depende das condições do meio envolvente, isto é, aquilo que a pessoa é capaz de fazer em função do que o meio (físico e humano) oferece e exige.

À data dos Censos de 2021, da totalidade de 58.951 habitantes, residiam no Município da Figueira da Foz 27.632 pessoas com, pelo menos, uma dificuldade na sua plena autonomia (incapacidade).

No que respeita à capacidade auditiva, aquando dos Censos 2021, 13.53% da população residente em Portugal manifestava ter alguma, muita ou total incapacidade a este nível. No Município da Figueira da Foz, o valor situa-se nos 16.92%, um pouco acima da média nacional e equivalente à Região de Coimbra, que se situa nos 16.26%.

A incapacidade para a realização de atividades da vida diária, como tomar banho ou vestir-se sozinho, foi identificada por 2.33% de indivíduos residentes no Município da Figueira da Foz, completamente dependentes de terceiros para estas tarefas básicas, valor também acima da percentagem nacional, que se situa nos 1.63%.

A realidade da Figueira da Foz parece estar equiparada ao que se passa a nível nacional, verificando-se que as pessoas com deficiência e incapacidade são ainda um grupo que enfrenta o preconceito e a discriminação, estrutural e sistémica, que lhes limita ou nega liberdades e direitos humanos fundamentais em diferentes dimensões da sua vida como sejam a educação, emprego e proteção social, remetendo-as muitas vezes para situações de pobreza, dependência e exclusão.

Nesta medida, torna-se crucial perspetivar medidas e estratégias que respondam às necessidades identificadas, e nessa linha, a “Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021 -2025” surge como uma resposta fulcral.

2.9.1. Desafios específicos que se colocam às Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

Com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social (2024), consideram-se desafios prementes para este grupo de pessoas:

1. Necessidade de diagnóstico local atualizado
Desconhecimento das situações de famílias e tutores com pessoas com deficiência e/ou incapacidade a cargo
Desconhecimento dos locais de residência das pessoas com deficiência e/ou incapacidade
Diagnóstico das situações de espaço urbano que possam impactar no quotidiano das pessoas com deficiência e/ou incapacidade
2. Sobrecarga das famílias, nomeadamente das famílias multiproblemáticas

Ausência de tempos de descanso para os cuidadores
Ausência de respostas sociais de retaguarda, nomeadamente lar residencial
Novos paradigmas laborais, que dificultam a conciliação entre a vida profissional e familiar
Inexistência de resposta de apoio fora do período de funcionamento dos serviços de apoio domiciliário
Inexistência de resposta específica para as crianças do 1.º e 2.º ciclos, nos períodos extracurriculares
3. Serviços adaptados, inclusivos e de proximidade
Necessidade de criação de um Balcão para a Inclusão
Segregação de crianças / jovens com deficiência
Falta de respostas extracurriculares para crianças/jovens com deficiência
4. Habitação
Desconhecimento das condições da habitação e acessibilidades
5. Mercado de trabalho
Pouca articulação com as empresas e tecido industrial para integração de pessoas com deficiência e/ou incapacidade
Estereótipos e preconceitos das entidades empregadoras para com as pessoas portadoras de deficiência e/ou com incapacidade
6. Recursos Humanos
Falta de Recursos Humanos especializados e vocacionados para a área da deficiência
7. Integração Social
Estigma e preconceito em torno das questões da deficiência
Desconhecimento da condição das pessoas com deficiência e/ou incapacidade
Auto perceção da discriminação
8. Rede de transportes
Falta de transporte específico (público) para crianças com deficiência e incapacidade (nomeadamente crianças com espetro do autismo);

2.10. Áreas de Desafio (transversais a todos os Grupos Vulneráveis identificados)

Por ser uma área tão abrangente, na área “Grupos Sociais Vulneráveis” estão incluídos os desafios que se colocam à intervenção junto das pessoas idosas, crianças e jovens, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, pessoas migrantes, minorias étnicas e pessoas em situação de sem-abrigo.

Tendo por base as principais problemáticas identificadas na área dos grupos vulneráveis no Diagnóstico Social do Município da Figueira da Foz (2024), que constam de anexo ao presente

documento, identificam-se como mais prementes os desafios a seguir identificados por áreas de desafio:

1. Melhorar a articulação interinstitucional
Poucos momentos de partilha e reflexão
Pouca comunicação com os Serviços Públicos Centrais no que respeita à orientação e ao encaminhamento de casos
Ausência de sinalização e referenciação de situações preocupantes no território
Falta de reativação de algumas dinâmicas na rede de parcerias
Descreditação no funcionamento das instituições
2. Atualização dos documentos de diagnóstico e planeamento
Mudanças e alterações na Sociedade
3. Dificuldades à integração
Estigma e preconceito
Subsidiodependência
Não procura ativa de emprego
Consciência social e pessoal
Falta de apoio e informação
4. Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho
Desemprego e desemprego de longa duração
Emprego precário
Ciclos ininterruptos de formação
Baixas habilitações literárias
Formação desajustada às pessoas em situação de sem abrigo
Fator idade na empregabilidade (sobretudo na população em situação de sem abrigo);
Resistência à frequência de ofertas formativas
5. Dificuldades das famílias
Ausência de retaguarda familiar / família alargada de suporte
Famílias numerosas
Ausência/insuficiência de rendimentos
Risco de marginalidade em contextos familiares
Dificuldade na atribuição de apoio alimentar
Programa PESSOAS: lista de espera para atribuição de ajuda alimentar
Famílias com crianças e jovens com dificuldades na gestão do dia-a-dia
Pobreza envergonhada
Problemas de higiene pessoal e alimentação
Aumento do custo de vida

Má gestão pessoal, financeira e doméstica
Insuficiência de Lojas Sociais (sobretudo de roupas e bens alimentares)
Falta de vínculo e responsabilidade parental
Falta de acompanhamento familiar de crianças e jovens e idosos
Desestruturação familiar
6. Dependências
Alteração dos padrões e práticas de consumo
Novas substâncias psicoativas
Novos tipos de dependências (ex. digitais, gaming, gambling)
Pouca articulação entre as Escolas e as Instituições que acompanham pessoas com comportamentos aditivos
Falta de articulação entre as Escolas e as Instituições no que respeita à identificação e sinalização de comportamentos aditivos dos alunos;
Início cada vez mais precoce de consumo de substâncias psicoativas
Referenciação de muito poucas situações ao ICAD;
Aumento de situações de dependência de substâncias aditivas (toxicodependências/alcoolismo)
Facilidade de acesso a estupefacientes de forma indiscriminada e de baixo custo
7. Jovens e adultos em situação de NEET (Not in Employment Education or Training);
Desresponsabilização do papel da família
Desemprego / desemprego jovem
Ausência de objetivos de vida e de trabalho
Dificuldade em “viver de forma independente”
Absentismo escolar
Dificuldade no acesso a consultas de pedopsiquiatria
8. Saúde Mental
Problemas de saúde mental não diagnosticados
Ausência de Equipas Comunitárias de Intervenção
Falta de resposta para crianças com transtornos do espectro do autismo
Falta de recursos e respostas na área da Saúde
Identificação de situações de pessoas com problemas mentais
9. Isolamento Social
Isolamento social e geográfico: perda de competências cognitivas e de socialização
Fraca participação associativa
10. Acompanhamento de proximidade

Metodologia de “Gestão de Caso “ainda não implementada de forma transversal por todas as Equipas Técnicas
11. Rede de transportes deficitária
Insuficiente resposta de transportes rodoviários na zona norte e sul do Município
Dificuldade de deslocação por parte dos utentes aos diversos serviços de ação social
12. Acessibilidades
Existência de barreiras arquitetónicas
13. Recursos Humanos
Acumulação e excesso de trabalho por parte das equipas
Necessidade de especialização/formação dos Técnicos
Ausência/Insuficiência de formação profissional
Sobrecarga laboral na maioria dos profissionais da área social
14. Comunidade Migrante
Dificuldade em dar resposta às grávidas migrantes, dado o seu número elevado e a falta de recursos humanos na área da obstetrícia na Figueira da Foz
Dificuldades de comunicação com migrantes, nomeadamente de países asiáticos
Falta de habitação condigna e de condições de trabalho (salário/horário)
Dificuldade de integração/inserção da comunidade migrante
Processo de equivalências dos certificados de qualificação das pessoas da comunidade migrante muito burocrático e demorado
Resposta tardia/inexistente da AIMA (legalização/fiscalização);
15. Violência Doméstica
Necessidade de criação de respostas de acompanhamento dos agressores
Poucos técnicos de saúde para o trabalho de sinalização de situações de perigo, isolamento e violência
16. Habitação
Valores elevados das cauções para arrendamento de habitação
Arrendamentos sem emissão de recibo
Falta de respostas habitacionais

Os desafios transversais acima descritos para os grupos sociais vulneráveis decorrem do contexto social, de situações pessoais ou sociais específicas, do acesso a recursos e a respostas especializadas.

3. Educação

A educação e a formação são setores decisivos na evolução de um país, constituindo a base para as transformações sociais e culturais dos indivíduos (*Mendes, 2014*), pelo que o acesso à escolarização é não só uma questão de cidadania, mas também um fator diferenciador na promoção da igualdade de oportunidades.

A taxa de analfabetismo no Município da Figueira da Foz situa-se nos 3,37% (ligeiramente acima da média nacional), registando-se uma maior incidência no género feminino (4,69%).

De acordo com os Censos de 2021, o nível de escolaridade da população residente distribui-se da seguinte forma:

- 3 389 residentes não possuíam escolaridade,
- 11 971 apenas completaram o 1.º CEB,
- 4 644 completaram o 2.º CEB,
- 9 686 completaram o 3.º CEB,
- 12 411 completaram o nível secundário
- 9 758 completaram o ensino superior.

A Rede Pública do Concelho da Figueira da Foz é constituída por quatro Agrupamentos de Escolas (AE) e por uma Escola Não Agrupada (ENA), contando com 7 estabelecimentos dos 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário.

No ano letivo de 2023/2024, a rede pública de estabelecimentos de educação pré-escolar era constituída por 20 jardins-de-infância, frequentados por 669 crianças, sendo que, ao longo dos três últimos anos letivos, se verificou um aumento gradual do número de crianças a frequentar estes estabelecimentos.

Nos Agrupamentos de Escolas do Município da Figueira da Foz, no Ano Letivo de 2023/2024 registou-se um total de 6.680 alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino.

Destes, 1 269 alunos são migrantes, cerca de 18,9% da população escolar, sendo no Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz que existe um maior número de alunos migrantes matriculados.

No que respeita à Educação Inclusiva, 687 dos/as alunos/as matriculados/as têm medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, o que corresponde a 10,28% da população escolar.

A taxa de retenção ou desistência dos alunos, de uma forma geral, é inferior à média nacional.

No Ensino Profissional, a rede escolar pública é ainda complementada com a oferta formativa da Escola Profissional da Figueira da Foz (EPFF) e do Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz (INTEP).

Como outras respostas de Formação Profissional, o Município da Figueira da Foz conta com 3 entidades:

- Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar – (FORMAR),
- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (Gabinete de Formação da ACIFF)
- CFAE Beira Mar, na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho.

A Figueira da Foz conta com dois Centro Qualifica, um na Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (ACIFF) e outro na Escola Profissional da Figueira da Foz (EPFF).

No ano letivo 2024-25, o Município da Figueira da Foz vai passar a dispor de Ensino Superior Público, com o Campus da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz (CUCFF) receber uma Licenciatura em Biologia Marinha, com 40 vagas anuais, bem como dois Mestrados, um em Inteligência Artificial e outro em Computação Musical e Design de Som, cada um deles com 20 vagas anuais.

3.1.1. Áreas de Desafio na Educação

Tendo por base as principais problemáticas identificadas na área da educação no Diagnóstico Social do Município da Figueira da Foz (2024), que constam de anexo ao presente documento, identificam-se como mais prementes os desafios a seguir identificados por áreas de desafio:

1. Parentalidade – Relação Escola/Família/Serviços
Demissão das famílias do papel educativo
Transferência das responsabilidades parentais para as escolas
Baixo nível de comprometimento das famílias com a educação dos seus educandos
Desrespeito, por parte dos pais e alunos, pelas Instituições ou Entidades (exemplo: Escolas, CPCJ, etc.);
Pouco envolvimento das famílias na comunidade escolar
Permanência das crianças muitas horas em meio escolar, nomeadamente as famílias migrantes, por motivos laborais
Alienação parental
2. Comportamento em espaço escolar
Atitudes de indisciplina e violência por parte das crianças
3. Fluxo Migratório – Comunidades Migrantes
Dificuldades de comunicação, barreiras linguísticas e culturais, nomeadamente com famílias das Comunidades Migrantes

Desafios da multiculturalidade em ambiente escolar
Barreiras culturais (nomeadamente com migrantes oriundos de países asiáticos) - questões de alimentação e nutrição, por exemplo
4. Integração social
Multiculturalidade em ambiente escolar
Heterogeneidade étnica e cultural de algumas turmas/escolas
5. Saúde Mental
Falta de apoio técnico especializado para crianças com transtornos do espectro do autismo
Saúde mental das famílias e profissionais (ansiedade, depressão, exaustão...)
Acréscimo de comportamentos aditivos nos jovens
6. Isolamento Social das crianças, nomeadamente a partir do 2.º e 3.º CEB
Isolamento das crianças – nomeadamente a partir do 2º e 3º CEB, sobretudo nas pausas letivas e, em particular, das residentes fora da zona urbana
7. Recursos Humanos
Falta de técnicos especializados em Terapias da Fala e Ocupacional
Inexistência de Equipas Multidisciplinares em permanência (nomeadamente psicossociais) em alguns Agrupamentos de Escolas
Exaustão das Equipas da Comunidade Escolar
Intermitência nos programas de financiamento para constituição de equipas multidisciplinares
8. Serviços de Proximidade
Processo de equivalência dos certificados de habilitação
9. Rede de transportes
Rede de transportes públicos deficitária
10. Respostas Sociais e Educativas
Escassez e/ou desadequação das respostas para crianças em idade pré-escolar
Falta de Universidades (publicas ou privadas)
Lacunas nas respostas a crianças com necessidades educativas especiais
11. Exclusão Social
Existência de alunos, principalmente provenientes de grupos sociais vulneráveis, com dificuldades no acesso a explicações e/ou apoio escolar
Condições socioeconómicas das famílias
Falta de oferta de atividades de tempos livres, principalmente fora da zona urbana

4. EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

Entre os anos de 2011 e 2021, a população em idade ativa no Município da Figueira da Foz, diminuiu 3,7%.

De acordo com os Censos de 2021, a população ativa no Município era de 25.558 pessoas, das quais 12 862 eram do sexo masculino (50,3%) e 12 696 do sexo feminino (49,7%).

De acordo com o Anuário Estatístico do INE, 2022, o volume de negócios das empresas do Município da Figueira da Foz era de 421,9 milhões de euros, sendo que 96,5% das empresas tinha até 10 pessoas ao serviço.

O setor mais empregador é o das indústrias transformadoras (Indústria alimentar, papel, instalações elétricas, vidro e plástico).

Em abril de 2024 existiam 7530 estabelecimentos, dos quais 17,9% no setor do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; 14,8% de empresas relacionadas com atividades administrativas e serviços de apoio; 9,2% de empresas direcionadas para atividades de saúde humana e apoio social.

De acordo com os Censos 2021, a taxa de atividade mais elevada verifica-se nas freguesias de Tavarede (49,57%), Marinha das Ondas (45,95%) e Buarcos e São Julião (43,29%).

Em abril de 2024 estavam inscritas no Centro de Emprego 2390 pessoas residentes no concelho, 263 à procura do 1.º Emprego e 2127 à procura de novo emprego.

Relativamente à variável sexo, verifica-se que, do total de inscritos, 1240 pessoas (51,9%) são do sexo feminino e 1150 (48,1%) do sexo masculino.

O grupo mais representado corresponde ao grupo etário dos 35-54 anos (1007 desempregados - 42%), seguido do grupo etário dos 55 e mais anos (660 desempregados- 28%), o grupo etário dos 25-34 anos (464 desempregados- 19%) e com menos expressão o grupo etário dos jovens com menos de 25 anos (259 desempregados - 11%).

Tendo em conta o nível de escolaridade dos desempregados/as inscritos/as, a maioria destes/as possui o Ensino Secundário (887 =37,11%), seguindo-se o 3.º CEB (460= 19,25%), < ao 1.º CEB (292 = 12,22%), 2.º CEB (283 = 11,84%), Ensino Superior (262 = 10,96%) e com o 1.º CEB registam-se 206 = 8,62%.

Segundo os indicadores estatísticos, o perfil do inscrito em abril de 2024, correspondia a uma pessoa com idade entre 35 e 54 anos, ensino secundário e à procura de novo emprego.

O acréscimo de inscritos no Centro de Emprego em abril de 2024, poderá ter alguma relação com o número de inscritos de nacionalidade não portuguesa (23% do total) e que em 2024 tem particular peso no total de inscritos de outras nacionalidades (66%).

No ano de 2023, beneficiaram da Medida Estágio ATIVAR 479 pessoas, das Medidas “Contrato Emprego Inserção” (CEI E CEI+) 285 pessoas, tendo ainda sido abrangidas 410 pessoas no âmbito das Medidas de Apoio à Contratação e 126 em Medidas no âmbito da Reabilitação Profissional.

No quadro da dinâmica do mercado de emprego foram efetuadas 1935 colocações.

Ao nível das forças que existem no Município da área do emprego, formação e qualificação, os parceiros sociais da Rede Social destacaram a boa articulação das diversas entidades públicas e privadas, em particular, o IEFP, ACIFF e GIP do Município da Figueira da Foz no apoio à procura de emprego, formação e qualificação e as ofertas Formativas (IEFP/CEARTE /FORMAR/IEFP, IP – Centro de Formação de Coimbra, Qualificação e Formação – Centros Qualifica (ACIFF/INTEP/IEFP), bem como a existência de uma Incubadora de Empresas - Mar & Indústria.

4.1. Áreas de Desafios no Emprego, Formação e Qualificações

Tendo por base as principais problemáticas identificadas nestas áreas no Diagnóstico Social do Município da Figueira da Foz (2024), que constam de anexo ao presente documento, identificam-se como mais prementes os desafios a seguir identificados por áreas de desafio:

1 Dificuldade de encaminhamento e integração no mercado de trabalho, em particular de: Beneficiários de Rendimento Social de Inserção/Desempregados de Longa Duração/Minorias Étnicas/Pessoas em Situação de Sem Abrigo e Pessoas com Deficiência e Incapacidade, Pessoas com mais de 55 anos.
Baixos níveis de escolaridade
Ciclos ininterruptos de formação, com dificuldade de certificação profissional
Perfil dos candidatos desajustado às ofertas de emprego existentes (necessidades de mercado de trabalho)
Falta de conhecimento ao nível das Técnicas de Procura de Emprego
Fragilidades Sociais e Económicas
Pouca receptividade das empresas para a implementação das medidas de apoio ao emprego
Ausência de ações de Desenvolvimento de Competências deslocalizadas nas freguesias
1. Fluxo Migratório – Comunidades Migrantes

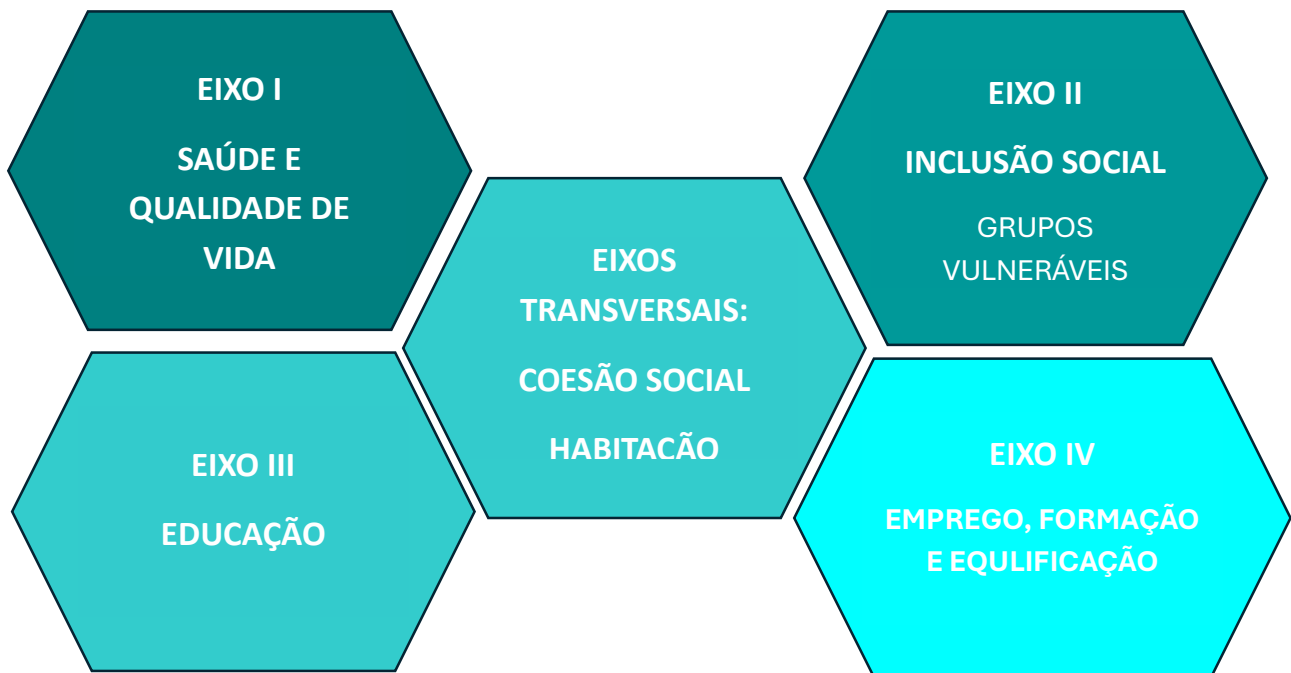
Aumento do desemprego registado por parte da comunidade migrante
Dificuldade de resposta para população migrante
Barreiras culturais e linguísticas
Mulheres de Países Asiáticos – dificuldade de integração mercado de trabalho
2. Precariedade e instabilidade laboral
Sazonalidade contratual
Contratos temporários
Discriminação em razão da idade
3. Dificuldade de integração das pessoas com mais de 55 anos
Perceção Social de algumas áreas profissionais
Dificuldades de certificação de algumas áreas profissionais e académicas
4. Identificação dos jovens com percursos formativo e mercado de trabalho
Não identificação dos jovens com as estruturas formais de educação e emprego
Estereótipos associados a algumas modalidades de formação e profissões
Diferença no Código Linguístico, formas de comunicação diferentes entre jovens e sociedade
5. Diálogo com o tecido empresarial
Pouca recetividade das empresas para a implementação das Medidas de Apoio ao Emprego
Fraca articulação entre os serviços de apoio social, educação, formação e tecido empresarial
Falta de oferta profissional diversificada
Ofertas de emprego muito centradas no setor dos serviços
6. Vulnerabilidade Social de pessoas com deficiência e/ou incapacidade
Pouca abertura do mercado de emprego para estas pessoas
Respostas pouco flexíveis
Respostas pouco adaptadas às necessidades
Não reconhecimento do seu próprio problema de saúde mental

EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

O Plano de Desenvolvimento Social do Município da Figueira da Foz para o triénio de 2024-2027, está estruturado em quatro eixos estratégicos e dois eixos transversais ao funcionamento, que refletem as prioridades identificadas no diagnóstico social e retratadas nas páginas anteriores.

Cada um dos eixos reflete o desafio a que dá resposta, os objetivos estratégicos e específicos, bem como as ações/medidas prioritárias a desenvolver, a identificação das entidades a envolver e a calendarização.

Em cada grelha de objetivos estratégicos estão identificados os ODS para os quais concorrem.



O Plano de Desenvolvimento Social da Figueira da Foz, obedece à seguinte estrutura:

EIXOS TRANSVERSAIS À COESÃO TERRITORIAL:

1. DESENVOLVER A REDE SOCIAL

Objetivo Estratégico Transversal: Reforçar a dinâmica de articulação e comunicação entre os parceiros da rede social da Figueira da Foz

Objetivo Específico: Conhecer para intervir: promover uma maior participação, articulação e envolvimento entre os parceiros da Rede Social da Figueira da Foz

Objetivo Específico: Reforçar a capacitação dos Recursos Humanos

Objetivo Específico: Monitorizar e avaliar a implementação do Plano de Desenvolvimento Social

2. HABITAÇÃO

Objetivo Estratégico Transversal: Habitação

Objetivo Específico: Fomentar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade

EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

EIXO I - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

1. Objetivo Estratégico: Mais e melhor saúde para tod@s

1.1 Objetivo Específico: Reduzir as desigualdades

1.2 Objetivo Específico: Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis

1.3 Objetivo Específico: Informar e consciencializar: contribuir para minimizar as consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde

EIXO II – PROMOVER UMA RESPOSTA INTEGRADA E ESTRUTURADA PARA AS SITUAÇÕES DE RISCO E DE VULNERABILIDADE SOCIAL

1. Objetivo Estratégico: Favorecer a inclusão, a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, por forma a promover a integração social

1.1 Objetivo Específico: Conhecer as situações e capacitar os atores do território

1.2 Objetivo Específico: Promover a Prevenção e a diminuição dos comportamentos aditivos

1.3 Objetivo Específico: Promover a empregabilidade e a valorização do conhecimento

1.4 Objetivo Específico: Reforçar a intervenção ao nível da Violência Doméstica

2. Objetivo Estratégico: Fomentar a qualidade de vida das pessoas idosas do Município da Figueira da Foz

2.1 Objetivo Específico: Combater o isolamento da população idosa, promover a participação social e cívica e a aprendizagem ao longo da vida

2.2 Objetivo Específico: Promover um acompanhamento de proximidade e segurança à pessoa idosa

2.3 Objetivo Específico: Capacitar os Recursos Humanos

3. Objetivo Estratégico: Prevenir situações de risco e/ou perigo em crianças e jovens

3.1. Objetivo específico: Desenvolver uma ação integrada de prevenção de situações de risco e/ou perigo junto das crianças e jovens

3.2 Objetivo específico: Capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva, nas diferentes dimensões da vida familiar

3.3 Objetivo específico: Promover competências pessoais e sociais, junto das crianças e jovens do Município

3.4. Objetivo específico: Reforçar o acesso a cuidados de saúde, promoção da saúde e prevenção da doença

3.5 Objetivo Específico: Capacitação de Profissionais na área de intervenção da Infância e Juventude e com intervenção junto de grupos sociais vulneráveis

4. Objetivo Estratégico: Favorecer os processos de integração social, junto de grupos com maior suscetibilidade ao risco e exclusão social

4.1 Objetivo Específico: Promover o acolhimento e integração da comunidade migrante

4.2. Objetivo Específico: Promover a integração das minorias étnicas

4.3 Objetivo Específico: Promover a integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo

EIXO III – EDUCAÇÃO

1. Objetivo Estratégico: Melhorar a participação da família na vida escolar

1.1. Objetivo Específico: Promover a participação da família na vida escolar

1.2 Objetivo Específico: Reforçar a inclusão e promover a igualdade em meio escolar

1.3 Objetivo Específico: Capacitar o pessoal o pessoal docente e não docente

EIXO IV – EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

1. Objetivo Estratégico: Favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal dos grupos mais vulneráveis

- 1.1 Objetivo Específico:** Promover as condições de acesso ao mercado de trabalho, particularmente dos grupos mais vulneráveis
- 1.2 Objetivo Específico:** Ajustar as competências dos grupos mais vulneráveis às necessidades do mercado de trabalho
- 1.3 Objetivo Específico:** Garantir condições efetivas de acesso à educação e aprendizagem ao longo da vida
- 1.4 Objetivo Específico:** Aproximar os jovens do mercado de trabalho
- 1.5 Objetivo Específico:** Acompanhar os jovens na construção do seu projeto de vida
- 1.6 Objetivo Específico:** Reforçar as ações de capacitação de jovens, e de outras pessoas em idade ativa, para o empreendedorismo

EIXOS TRANSVERSAIS À COESÃO TERRITORIAL






DESENVOLVER A REDE SOCIAL

1. Objetivo estratégico: Reforçar a dinâmica de articulação e comunicação entre os parceiros da Rede Social de Figueira da Foz

1.1 Objetivo específico: *Conhecer para Intervir:* Promover uma maior participação, articulação e envolvimento entre os parceiros da Rede Social da Figueira da Foz

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Referenciar em contexto de vida de 5500 pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas em situação de risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas múltiplas dimensões;	n.º de situações georreferenciadas	Município da Figueira da Foz – Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar a avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar de 5500 pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas em situação de risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas múltiplas dimensões, registando o seu resultado no sistema integrado de georreferenciação;	n.º de situações avaliadas	Município da Figueira da Foz – Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Informar/orientar 5500 pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da Rede Social, mediante ativação do sistema integrado de referenciação;	n.º de situações informadas/ orientadas	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Ativar diretamente a rede de recursos da Rede Social, sempre que da referenciação resultar a necessidade de uma intervenção social emergencial;	N.º de situações encaminhadas	Município da Figueira da Foz e Equipa do SAAS Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar grupos de trabalho, momentos de reflexão, por áreas temáticas “Comunidades de Prática”.	Concretizado Sim/Não	Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027






Contribui para os seguintes ODS:







1.2 Objetivo específico: Reforçar a capacitação dos Recursos Humanos

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Construir um plano de formação/qualificação de acordo com as diferentes áreas de intervenção social	Plano de formação/qualificação construído Sim/Não	Município da Figueira da Foz – Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver uma base de conhecimento em inovação e boas práticas (sistematização da recolha, reflexão e disseminação)	Criar Sim/Não	Município da Figueira da Foz – Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar workshops, seminários, encontros temáticos	N.º de workshops/encontros temáticos N.º de participantes	Município da Figueira da Foz E EAPN	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS

1.3 Objetivo específico: Monitorizar e avaliar a implementação do Plano de Desenvolvimento Social






AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Monitorizar a implementação do Plano de Desenvolvimento Social	Matriz de recolha de dados semestral	NE da Rede Social – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover reuniões com os grupos trabalho semestrais para avaliação/redefinição das ações	N.º de reuniões	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social – Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
Monitorização da implementação da Medida Radar Social	N.º de reuniões N.º de participantes Matriz de avaliação	Parceiros da Rede Social da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Realização de workshops, seminários e encontros temáticos	N.º de workshops/encontros temáticos N.º de participantes	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:      			

HABITAÇÃO

1. Objetivo Estratégico: Fomentar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Identificar as habitações sem condições de habitabilidade, ou com necessidade de pequenas reparações, essenciais à qualidade de vida da Pessoa Idosa;	N.º de situações indicadas	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Sinalizar situações em que as barreiras à mobilidade, condicionem de forma impactante, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas idosas;	N.º de situações sinalizadas	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar uma Bolsa Municipal de Voluntários, composta por profissionais de áreas especializadas: carpinteiros, pedreiros, canalizadores, eletricitistas, que possam apoiar os idosos isolados em pequenas reparações no seu domicílio;	N.º de profissionais envolvidos N.º de habitações adaptadas	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz CSF	01/10/2024 a 31/12/2027
Perspetivar a criação de uma resposta de habitação diferenciadora a exemplo de uma habitação colaborativa ou residência partilhada, em articulação com a Estratégia Local de Habitação	Proposta Criada Sim/Não	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Elaborar uma proposta para uma resposta habitacional adequada, de 1.ª linha para as PSSA, no Municípios da Figueira da Foz (Em articulação com OE PSSA) , em articulação com a Estratégia Local de Habitação	Concretizado Sim/não	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:

EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

EIXO I - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

1. **Objetivo estratégico:** Mais e melhor saúde para Tod@s

1.1. **Objetivo Específico:** Reduzir as desigualdades no acesso à saúde






AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Dinamizar rede de parcerias multisectorial, integrar os serviços de Saúde Mental e Equipas do SAAS do Município da Figueira da Foz;	N.º de reuniões N.º de parceiros	Município da Figueira da Foz - NPISA	01/10/2024 a 31/12/2027
Melhorar o conhecimento territorial sobre a área da Saúde Mental, desafios e respostas	Diagnóstico Elaborado Sim/Não	Município da Figueira da Foz - Medida Radar Social ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:

1.2 Objetivo Específico: Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover a literacia em Saúde (em particular para os seguintes fatores de risco: tabaco, riscos alimentares, obesidade, álcool, atividade física baixa, saúde oral, vacinação);	N.º de ações N.º de participantes (Por atividade)	Município da Figueira da Foz (Figueira Cidade Saudável); Equipa de Saúde Pública e Projeto “Sem Diferenças” E9G; Associação Fernão Mendes Pinto – Equipa de Intervenção Direta;	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar ações de sensibilização no âmbito da prevenção dos comportamentos de risco (em articulação com o eixo GV)	N.º de ações N.º de participantes	Município da Figueira da Foz enquanto entidade parceira da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (RRCAPVTSH) ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada Associação Fernão Mendes Pinto – Equipa de Intervenção Direta Grupo Instrução e Sport – Projeto Vivências Saudáveis	01/10/2024 a 31/12/2027
Dinamizar ambientes promotores de saúde, como garante de um desenvolvimento sustentável, em articulação com os recursos comunitários, estimulador de hábitos de vida saudáveis (prescrição social);	N.º de grupos criados N.º de oficinas/atividades artísticas dinamizadas N.º de participantes N.º de recursos comunitários envolvidos	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social; SAAS Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada Comissões de Moradores Grupos Comunitários	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover o envelhecimento ativo e saudável e o aumento da longevidade;	N.º de ações desenvolvidas no âmbito	Município da Figueira da Foz	

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
	do Programa “Figueira Cidade Saudável” N.º de ações desenvolvidas no âmbito do Programa “Qualidade de Vida” N.º de participantes		01/10/2024 a 31/12/2027 01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a Saúde Mental (fatores protetores), ao longo do ciclo de vida	N.º de ações N.º de participantes	Município da Figueira da Foz ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada Comissões de Moradores Grupos Comunitários	01/10/2024 a 31/12/2027
Sensibilizar para a importância de reativar a Equipa de Saúde Mental Comunitária (articulação com Grupos Vulneráveis)	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover um acompanhamento de proximidade às PSSA, independentemente dos comportamentos aditivos; (Eixo Grupos Vulneráveis)	N.º de PSSA com Gestor de Caso atribuído	Associação Fernão Mendes Pinto e CASA – Projeto ECOS	01/10/2024 a 31/12/2027
Aumentar a resposta na área da saúde materna, nomeadamente na população migrante;	N.º de novos atendimentos N.º de consultas	Município da Figueira da Foz ULS Baixo Mondego	01/10/2024 a 31/12/2027
Aumentar o acesso à resposta no período pós-parto;	N.º de novos atendimentos N.º de consultas	ULS Baixo Mondego	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Sensibilizar a população migrante para a importância do aleitamento materno;	N.º de ações N.º de participantes	Município da Figueira da Foz ULS Baixo Mondego	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar uma consulta de acompanhamento do processo de aleitamento	Concretizado Sim/Não	ULS Baixo Mondego	01/10/2024 a 31/12/2027
Dinamizar ações de informação e sensibilização no âmbito da ECI	N.º de ações N.º de participantes	ULS Baixo Mondego ISS.IP	01/10/2024 a 31/12/2027
<p style="text-align: right;">Contribui para os seguintes ODS:</p>     			

1.3 Objetivo Específico: Informar e consciencializar: contribuir para minimizar as consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde (Plano das Alterações Climáticas)

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Realizar ações de divulgação e sensibilização destinadas à população em geral, relacionadas com a adaptação e mitigação das alterações climáticas (em articulação com o Plano Municipal de Ação Climática OE28);	N.º de ações realizadas N.º de documentos de divulgação utilizados N.º de participantes	Município da Figueira da Foz – Departamento de Planeamento e Urbanismo/Departamento de Ambiente e Obras Municipais ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2025
Realizar campanhas de comunicação sobre literacia energética junto das escolas e comunidade em geral (em articulação com o Plano Municipal de Ação Climática OE 28);	N.º de ações realizadas N.º de documentos de divulgação utilizados N.º de participantes	Município da Figueira da Foz – Departamento de Planeamento e Urbanismo/Departamento de Ambiente e Obras Municipais ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Proteção Civil	01/10/2024 a 31/12/2027
Sensibilizar a população no que diz respeito aos impactos e aos riscos provenientes de eventos relacionados com as alterações climáticas (em articulação com o Plano Municipal de Ação Climática OE28);	N.º de ações realizadas N.º de documentos de divulgação utilizados N.º de participantes	Município da Figueira da Foz – Departamento de Planeamento e Urbanismo/Departamento de Ambiente e Obras Municipais ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Proteção Civil	01/10/2024 a 31/12/2027
Capacitar os atores sociais para a auto-organização comunitária, em contexto de emergência social, e cenários de exceção,	N.º de ações realizadas N.º de documentos de divulgação utilizados N.º de participantes	Município da Figueira da Foz – Departamento de Planeamento e Urbanismo/Departamento de Ambiente e Obras Municipais ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Proteção Civil	01/10/2024 a 31/12/2027
Produzir e <i>acessibilizar</i> os suportes informativos sobre intervenção em contexto de emergência;	N.º de documentos de divulgação utilizados N.º de divulgações efetuadas	Município da Figueira da Foz – Departamento de Planeamento e Urbanismo/Departamento de Ambiente e Obras Municipais ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Proteção Civil	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:

EIXO II – INCLUSÃO SOCIAL | GRUPOS VULNERÁVEIS

PROMOVER UMA RESPOSTA INTEGRADA E ESTRUTURADA PARA AS SITUAÇÕES DE RISCO E DE VULNERABILIDADE SOCIAL

1. Objetivo Estratégico: Favorecer a inclusão social, a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, por forma a promover a integração social

1.1 Objetivo Específico Conhecer as situações e capacitar os atores do território

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Identificar e mapear as situações de risco e vulnerabilidade social no Município (corresponde ao Eixo Transversal)	N.º de situações georreferenciadas	Município da Figueira da Foz – Medida do Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação e capacitação para profissionais sobre combate ao racismo e à discriminação, sobre diversidade e igualdade étnico-racial, cultural, linguística e religiosa bem como, Igualdade de Género e prevenção da violência de Género;	N.º de ações de capacitação desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Ações dirigidas a profissionais de saúde, designadamente na prestação dos cuidados de saúde e no atendimento nos hospitais e centros de saúde, em articulação com profissionais de intervenção social;	N.º de ações de capacitação desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz; ULS Baixo Mondego	01/10/2024 a 31/12/2027
Facilitar a criação de um grupo de trabalho sobre “as situações de risco e vulnerabilidade Social”, por forma a facilitar a comunicação e articulação entre parceiros;	N.º de sessões de trabalho ;N.º de participantes; Grupo de trabalho criado Sim/Não	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforço de competências dos grupos em situação de vulnerabilidade, através do desenvolvimento de ações de capacitação relacionados com a literacia financeira, gestão do orçamento familiar, gestão da vida diária, entre outras;	N.º de sessões N.º de participantes	Município da Figueira da Foz – Equipa SAAS; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz; Gestor de Caso definido ULS Baixo Mondego	01/10/2024 a 31/12/2027







Contribui para os seguintes ODS:




1.2 Objetivo Específico Promover a prevenção e a diminuição dos comportamentos aditivos

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Dar continuidade à implementação projetos de prevenção, de forma continuada, junto da comunidade escolar, em articulação com os Projetos e Equipas que desenvolvem estas ações no Município;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Grupo Instrução e Sport (Projeto de prevenção – “Vivências Saudáveis”); Associação Fernão Mendes Pinto	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar uma campanha anual de sensibilização junto da comunidade, por forma a alertar para os perigos dos comportamentos aditivos;	N.º de campanhas realizadas	Município da Figueira da Foz; Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada; Escolas Profissionais; DICAD; Associação Fernão Mendes Pinto; Associação Novo Olhar; Grupo Instrução e Sport (Projeto Vivências Saudáveis); Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Dar continuidade á capacitação de Técnicos, Docentes e Não Docentes com conhecimentos na área da prevenção para que consigam sinalizar de forma mais célere eventuais casos;	Grupo Instrução e Sport (Projeto de prevenção – “Vivências Saudáveis”); ICAD	ICAD; Município da Figueira da Foz; Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada; Escolas Profissionais; Associação Fernão Mendes Pinto; Associação Novo Olhar; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
 <p>Contribui para os seguintes ODS:</p>			

1.3 Objetivo Específico: Promover a empregabilidade e a valorização do conhecimento

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover a empregabilidade, através de ações de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (EIXO Emprego)			01/10/2024 a 31/12/2027
Mobilização dos empresários para a empregabilidade inclusiva (EIXO Emprego)			01/10/2024 a 31/12/2027
Reforço das qualificações e requalificação profissional (EIXO Emprego)			01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:      			

1.4. Objetivo Específico: Reforçar a intervenção ao nível da Violência Doméstica

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Desenhar um programa de intervenção destinado a agressores/as de violência doméstica;	N.º de ações de capacitação desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz RIAVD; DIAP; CAFAP; DGRS; CPCJ; ULS Baixo Mondego; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Dar continuidade e reforço do programa de apoio às vítimas de VD existente no Município;	N.º de ações	Associação Fernão Mendes Pinto e NAVVD Baixo Mondego. Resposta de RAP RIAVVD	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar uma campanha anual de sensibilização junto da comunidade, por forma a promover a consciencialização sobre a violência doméstica	N.º de campanhas realizadas	Município da Figueira da Foz RIAVD; DIAP; CAFAP; DGRS; CPCJ; ULS Baixo Mondego; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a não violência, através da integração nos programas educativos de ações de promoção de relações saudáveis, igualdade de género e prevenção de relacionamentos abusivos	Nº de sessões realizadas Nº de participantes	Associação Fernão Mendes Pinto – NAVVD Baixo Mondego e resposta de RAP e RIAVVD	01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:      			

2. Objetivo Estratégico: Fomentar a qualidade de vida das pessoas idosas do Município da Figueira da Foz

2.1 Objetivo Específico. Combater o isolamento da população idosa, promover a participação social e cívica e a aprendizagem ao longo da vida

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Garantir um acompanhamento personalizado, nomeadamente aos idosos em situação de maior vulnerabilidade,	N.º de pessoas com “Gestor de Caso Atribuído”	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar a aposta em serviços de apoio domiciliário integrados de nova geração, com foco na independência e autonomia da pessoa	N.º de pessoas abrangidas	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação na área da literacia digital para a população idosa;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a articulação com a Universidade Sénior e Associações Culturais do Município, para desenhar um plano de atividades de cariz educativo (natureza formal e informal), social, cultural, artístico, a implementar em todas as freguesias do Município, por forma a minimizar o isolamento social e promover a estimulação cognitiva e integração social;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz ULS Baixo Mondego Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Universidade Sénior	01/10/2024 a 31/12/2027
Dar continuidade às iniciativas que fomentem o convívio e a animação sociocultural;	N.º de iniciativas desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz; Instituições com intervenção junto das pessoas idosas e da área do Município; Universidade Sénior.	01/10/2024 a 31/12/2027
Divulgar a Bolsa de Voluntariado do Município da Figueira da Foz	N.º de novas inscrições	Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Incentivar a criação de redes de visitantes de idosos procurando envolver seniores das diferentes zonas do município de forma a contribuir para o combate ao isolamento, a exemplo do projeto de boas práticas “Adote um avô/avó);	N.º de visitantes N.º de visitas	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Desenvolver ações socioculturais que promovam o relacionamento intergeracional, potenciadores de partilha de conhecimentos e experiência;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes Jovens N.º de participantes – pessoas idosas	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Rede Interinstitucional de Animação aos Idosos da Zona Sul do Concelho da Figueira da Foz - RIAIZSCFF	01/10/2024 a 31/12/2027
Divulgar o Programa SIT Flex para apoio na deslocação a serviços públicos, Unidades de Saúde e Hospital	N.º de Ações de divulgação	Juntas de Freguesia	01/10/2024 a 31/12/2027
<p style="text-align: right;">Contribui para os seguintes ODS</p> 			

2.2 Objetivo Específico: Promover um acompanhamento de proximidade e a segurança da pessoa idosa






AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Garantir um acompanhamento personalizado, nomeadamente aos idosos em situação de maior vulnerabilidade – atribuição de um “Gestor de Caso”;	N.º de pessoas com “Gestor de Caso Atribuído”	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Divulgar informação sobre o complemento solidário para idosos, por forma a assegurar um rendimento acima do limiar da pobreza, às pessoas idosas a que a ele tenham direito;	N.º de pessoas idosas informadas N.º de pessoas idosas que usufruíram do apoio	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social; Equipa do SAAS Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar as ações de sensibilização ao nível da segurança (apoio 65+), em particular <i>ciber segurança</i> ;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Divulgar os sistemas de teleassistência a pessoas idosas, nomeadamente às mais vulneráveis;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes N.º de pessoas que aderiram ao sistema	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar campanhas de sensibilização para a violência, abuso e negligência;	N.º de campanhas realizadas N.º de folhetos distribuídos N.º de participantes	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz RIAVD	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar ações de formação para a prevenção da violência;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz RIAVD	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar as medidas de prevenção e segurança das pessoas idosas, através de campanhas de sensibilização face aos riscos de incêndios rurais;	N.º de campanhas realizadas N.º de folhetos distribuídos N.º de participantes	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:



Objetivo Estratégico: Fomentar a qualidade de vida das pessoas idosas do Município da Figueira da Foz

2.3. Objetivo Específico: Capacitar os Recursos Humanos

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover programas de formação e de requalificação profissional, adequados ao perfil de necessidades das Instituições que trabalham com pessoas idosas;	Programa criado Sim/Não	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Valorizar a ação das ajudantes domiciliárias, em termos de carreira e qualificar os recursos humanos afetos ao serviço de ajuda domiciliária	N.º de ajudantes domiciliárias N.º de ações desenvolvidas	Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver um plano de formação contínuo para os profissionais que desempenham funções nas respostas sociais para pessoas idosas	Plano Criado Sim/Não N.º de ações desenvolvidas N.º de Participantes	Município da Figueira da Foz Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar “comunidades de práticas” enquanto momentos de partilha, reflexão sobre as práticas e formas de intervenção entre profissionais;	Comunidade de Prática Criada Sim/Não N.º de encontros N.º de participantes	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:     			

3. Objetivo Estratégico: Prevenir situações de risco e/ou perigo em crianças e jovens, agregados familiares de grupos sociais vulneráveis

3.1 Objetivo Específico: Desenvolver uma ação integrada de prevenção de situações de risco e/ou perigo em crianças e jovens

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Elaborar um diagnóstico local com a identificação das principais problemáticas/situações de risco e desafios à intervenção;	Documento produzido Sim/Não	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Mapear, georreferenciar, avaliar, informar, orientar e encaminhar as situações de maior vulnerabilidade social sinalizadas no Município da Figueira da Foz;	N.º de situações georreferenciadas N.º de situações avaliadas N.º de situações orientadas/encaminhadas	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Mapear os recursos e vagas existentes nas respostas sociais para a infância do Município;	N.º de respostas sociais mapeadas	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Conceber um Núcleo Local de Garantia para a Infância (NLGPI), no âmbito da Rede Social;	Núcleo constituído Sim/Não	Município da Figueira da Foz; CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Construir um Plano Local de Garantia para a Infância e uma intervenção integrada em rede;	Plano construído Sim/Não	Município da Figueira da Foz; CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Divulgar as vagas existentes nas Creches e Jardins de Infância do Município, por forma a assegurar a frequência por parte de todas as crianças;	N.º de Integrações	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Garantir um acompanhamento individualizado: realizar um acompanhamento de proximidade, para um melhor conhecimento das famílias em situação de risco e/ ou perigo;	N.º de situações em acompanhamento	CPCJ; Associação Viver em Alegria – CAV e CAFAP	01/10/2024 a 31/12/2027
Acompanhar famílias cujas crianças e jovens se encontram acolhidas, com o intuito de promover a sua desinstitucionalização;	N.º de famílias acompanhadas cujas crianças/jovens se encontram institucionalizadas	CPCJ Centros de Acolhimento Temporário	1/10/2024 a 31/12/2025
Projetos que abarquem todo o Município direcionados para a mediação familiar;	N.º de Técnicos contratados	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
“Comunidades de Prática”: criar momentos de trabalho e reflexão entre as instituições parceiras;	Grupos de “Comunidades de Prática” Criado/Não. Criado	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Construir um projeto educativo: programas de prevenção em contexto escolar, que englobe ações de prevenção de comportamentos de risco;	Projeto criado Sim/Não	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Agilizar os processos relativos à documentação legal de crianças e jovens do Município;	CLAIM	AIMA	01/10/2024 a 31/12/2027


Contribui para os seguintes ODS:



3.2 Objetivo Específico.: Capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva nas diferentes dimensões da vida familiar

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover um programa de parentalidade positiva junto das famílias, com vista à melhoria das competências parentais;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Grupo Instrução e Sport (Projeto de prevenção – “Vivências Saudáveis”); CAV/CAFAP da Associação Viver em Alegria;	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover ações facilitadoras do exercício da parentalidade positiva e do envolvimento ativo das famílias no percurso escolar dos seus filhos/educandos;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Protocolos para lar residencial (descanso do cuidador);	Criado Sim/Não	ISS, IP	01/10/2024 a 31/12/2027


Contribui para os seguintes ODS:



3.3 Objetivo Específico.: Promover competências pessoais e sociais junto das crianças e jovens do Município

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Desenvolver a consciência cívica das crianças/jovens, consciencialização para os direitos e deveres e para os diferentes tipos de discriminação em favor do sexo, idade, etnia/nacionalidade, orientação sexual e deficiência;	N.º de ações de sensibilização N.º de participantes	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Identificar as necessidades e interesses dos jovens relativamente à ocupação dos tempos livres;	N.º de jovens envolvidos	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a aquisição e melhorar as competências pessoais, sociais e emocionais dos jovens para que possam assumir a figura de facilitadores comunitários;	N.º de jovens envolvidos	CPCJ; Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada; Município da Figueira da Foz; Parceiros do CLAS; Associações e Coletividades;	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover o envolvimento das crianças e jovens em atividades fora do contexto escolar, com foco na componente desportiva e artística, bem como em áreas de autoconhecimento e gestão emocional;	N.º de jovens envolvidos	Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Alargar os programas de férias para crianças e jovens em risco ou privação, nomeadamente crianças e jovens com NSE e que potenciem atividades diferenciadas no contato com o meio aquático;	N.º de participantes	Município da Figueira da Foz e APPACDM;	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:









3.4 Objetivo Específico.: Reforçar o acesso a cuidados de saúde, promoção da saúde e prevenção da doença

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Criar uma Equipa Comunitária Especializada na área de Saúde Mental, de proximidade;	Equipa Criada Sim/Não	ULS Baixo Mondego Município da Figueira da Foz - SAAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar os programas de Saúde Mental e Parentalidade, para apoio à gravidez e primeiro ano de vida;	N.º de novos participantes	ULS Baixo Mondego (UCC Farol do Mondego) Município da Figueira da Foz -	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar as atividades de saúde escolar, priorizando o acesso a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade;	N.º de atividades desenvolvidas N.º de participantes	ULS Baixo Mondego (UCC Farol do Mondego) Município da Figueira da Foz -	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar a implementação dos projetos de prevenção de comportamentos de risco;	N.º de ações implementadas N.º de participantes	C Grupo Instrução e Sport (Projeto de prevenção – “Vivências Saudáveis”);	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de sensibilização e acompanhamento de famílias com crianças e jovens, promotoras de uma alimentação saudável;	N.º de ações implementadas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar as Estruturas de Saúde Mental existentes no Município;	N.º de estruturas criadas	ANO	01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:			

3.5 Objetivo Específico.: Capacitação de Profissionais na área de intervenção da Infância e Juventude, intervenção junto de grupos sociais vulneráveis

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Reforçar as competências dos profissionais com intervenção junto de situações de risco e/ou perigo em crianças e jovens, agregados familiares de grupos sociais vulneráveis com conhecimentos e instrumentos no âmbito da prevenção de comportamentos de risco;	N.º de ações realizadas N.º de participantes	Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforço das respostas psicoeducativas e terapêuticas às crianças e jovens (psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade) em todas os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada;	N.º de elementos que integraram as Equipas	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Ministério da Educação	01/10/2024 a 31/12/2027




Contribui para os seguintes ODS:


4. Objetivo Estratégico: Favorecer os processos de integração social junto de grupos com maior suscetibilidade ao risco e à exclusão social

4.1 Objetivo Específico: Promover a integração das pessoas com deficiência e/ou incapacidade

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Realizar um diagnóstico social das famílias e tutores com pessoas com deficiência/incapacidade a cargo, designadamente, na caracterização dos cuidadores	N.º de situações Sinalizadas	APPACDM – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações comunitárias de promoção da inclusão e combate aos estereótipos e à discriminação das Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;	Concretizado Sim/Não	APPACDM – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a empregabilidade das pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade através da dinamização de ações de sensibilização e informação sobre incentivos e apoios à contratação, junto do tecido empresarial	Concretizado Sim/Não	APPACDM – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar um Balcão para a Inclusão	Balcão criado Sim/Não	Município da Figueira da Foz INR	01/10/2024 a 31/12/2027
Alargamento das respostas e apoios para os/as cuidadores/as informais;	N.º de serviços criados/alargados	Município da Figueira da Foz APPACDM Parceiros da Rede Social ISS, IP. Ministério do trabalho, Solidariedade e Segurança Social INR	01/10/2024 a 31/12/2027
Alargamento da Resposta de Lar Residencial	N.º de serviços criados/alargados	Município da Figueira da Foz APPACDM Parceiros da Rede Social ISS,IP	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
		Ministério do trabalho, Solidariedade e Segurança Social INR,IP	
Reforçar a articulação entre os Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada para promover o sucesso na transição dos alunos/as com NEE's depois da escolaridade obrigatória;	N.º de reuniões N.º de participantes	Município da Figueira da Foz APPACDM Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada	01/10/2024 a 31/12/2027
Diagnosticar situações de espaço urbano que possam impactar no quotidiano das pessoas com deficiência e/ou incapacidade;	N.º de situações referenciadas	Município da Figueira da Foz – Medida Radar Social; APPACDM – Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:       			

EIXO II – INCLUSÃO SOCIAL | GRUPOS VULNERÁVEIS

COMUNIDADES MIGRANTES

4.2 Objetivo Específico. Promover o acolhimento e integração da comunidade migrante

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover o acolhimento e orientação da Comunidade Migrante (Gabinete de Cidadania Digital)	N.º de atendimentos	CARITAS, Projeto “Sem-Diferenças” - Programa “Escolhas 9.ª Geração”	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar a oferta de Cursos de Português Língua de Acolhimento – PLNM (Concretizado EIXO IV)	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	IEFP, IP; Entidades Formadoras; ACIFF; FORMAR; CEARTE	01/10/2024 a 31/12/2027
Identificar um mediador/facilitador que assegure a interlocução e mediação entre os diversos serviços, em particular, entre as famílias e a escola	Identificação Mediador Sim/Não	CARITAS, Projeto “Sem-Diferenças” - Programa “Escolhas 9.ª Geração”	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar a articulação entre as estruturas de emprego, IEFP, Centros Qualifica, tecido empresarial por forma a apoiar a integração profissional da comunidade migrante (EIXO – Emprego)	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	CARITAS, Projeto “Sem-Diferenças” - Programa “Escolhas 9.ª Geração”	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolvimento de ações comunitárias promotoras da inclusão social e cultural	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	CARITAS, Projeto “Sem-Diferenças” - Programa “Escolhas 9.ª Geração”	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:



4.3 Objetivo Específico. Promover a integração das minorias étnicas

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Envolver as famílias nas dinâmicas escolares, através da participação e realização de ações em meio escolar;	N.º de ações N.º de participantes por ação	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada	01/10/2024 a 31/12/2027
Incentivar as famílias ciganas a participar nas associações de pais;	N.º de elementos integrados N.º de reuniões em que participaram	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar ações de sensibilização sobre igualdade e papéis de género no meio familiar;	N.º de ações desenvolvidas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Ações de formação certificada para profissionais das diversas áreas, professores, educadores e outros agentes educativos, sobre história e cultura cigana	N.º de ações desenvolvidas N.º de horas de formação N.º de Estabelecimentos de Ensino N.º de participantes	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar	01/10/2024 a 31/12/2027
Identificar um mediador/facilitador que assegure a interlocução e mediação entre os diversos serviços, em particular, entre as famílias e a escola	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Reforçar a articulação entre as estruturas de emprego, IEFP, Centros Qualifica, tecido empresarial por forma a apoiar a integração profissional das minorias étnicas (EIXO – Emprego)			01/10/2024 a 31/12/2027
Potenciar o acompanhamento das pessoas inseridas nas Medidas Ativas de Emprego, através da figura de um tutor;	N.º de Tutores N.º de pessoas acompanhadas	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Realizar ações de sensibilização dirigidas às entidades empregadoras e ao público em geral (divulgando boas experiências de integração profissional)	N.º de ações realizadas N.º de participantes	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações comunitárias promotoras da inclusão social e cultural	N.º de reuniões realizadas N.º de participantes	Associação Ribaltambição e Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:






4.4. Objetivo Específico: Promover a integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Identificar e georreferenciar as Pessoas em Situação de Sem Abrigo; (Ação concretizada no eixo transversal);	N.º de situações georreferenciadas	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Consolidar a intervenção do NPISA, de forma sistémica, articulada, horizontal e de forma contínua, adaptada e adequada a situação de cada pessoa em situação de sem-abrigo;	N.º de reuniões realizadas N.º de participantes N.º de PSSA's com Gestores de Caso atribuído	NPISA – REUNIÕES Projeto ECOS - Associação Fernão Mendes Pinto e C.A.S.A;	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações comunitárias de promoção da inclusão e combate à discriminação das Pessoas em Situação de Sem Abrigo em articulação com o NPISA	N.º de ações comunitárias realizadas N.º de Entidades envolvidas	Associação Fernão Mendes Pinto e C.A.S.A - Projeto ECOS;	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ação ou ações de sensibilização para o Tratamento de problemas ligados à dependência de substâncias psicoativas;	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; Parceiros do NPISA, ICAD	01/10/2024 a 31/12/2027
Campanhas de prevenção junto da comunidade em geral e junto da comunidade escolar (7.º/8.º/9.º anos);	N.º de campanhas realizadas N.º de pessoas abrangida	Município da Figueira da Foz; Parceiros do NPISA Projeto ECOS – Associação Fernão Mendes Pinto e C.A.S.A Parceiros da Rede Social do Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar a articulação entre as estruturas de emprego, IEF, Centros Qualifica, tecido empresarial por forma a apoiar a integração profissional da comunidade migrante e minorias étnicas (EIXO – Emprego)			01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a articulação interinstitucional para a possibilidade de identificar uma Equipa Clínica de referência, que possa dar uma resposta direcionada às Pessoas em Situação de Sem Abrigo;	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; ULS Baixo Mondego Parceiros do NPISA	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Sensibilizar para a importância de reativar a Equipa de Saúde Mental Comunitária	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; ULS Baixo Mondego Parceiros do NPISA	01/10/2024 a 31/12/2027
Elaborar um parecer a propor alterações à circular normativa de apoio às Comunidades de Inserção	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; ULS Baixo Mondego Parceiros do NPISA	01/10/2024 a 31/12/2027
Elaborar uma proposta para um projeto piloto de apoio domiciliário, que possa apoiar no fornecimento de refeições	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; Parceiros do NPISA Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Elaborar uma proposta para uma resposta habitacional adequada, de 1.ª linha para as PSSA no Município da Figueira da Foz.	Concretizado Sim/Não	Município da Figueira da Foz; Parceiros do NPISA Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:





EIXO III – EDUCAÇÃO

1 Objetivo Estratégico: Melhorar a relação Escola-Família-Comunidade

1.1 Objetivo Específico: Promover a participação da família na vida escolar






AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Desenvolver ações temáticas nos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, com a participação das famílias	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Dinamizar os Programas de Educação Parental em toda a rede escolar	Nº de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações	Grupo Instrução e Sport (Projeto de prevenção – “Vivências Saudáveis”); (apenas nos agrupamentos com parceria estabelecida)	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover a participação ativa das Associações de Pais	N.º de atividades desenvolvidas em conjunto	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Fomentar a criação de mais Associações de Pais	N.º de Associações de Pais criadas	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:








1.2 Objetivo Específico.: Reforçar a inclusão e promover a igualdade em meio escolar

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Reforçar o conhecimento sobre as comunidades migrantes residentes no Município; (Ação concretizada no eixo transversal);	n.º de situações georreferenciadas	Medida Radar Social do Município da Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
Propor a implementação de um “ANO 0” para alunos migrantes; Promover ações de multiculturalidade;	n.º de propostas realizadas n.º de participantes nas ações		01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de sensibilização junto do tecido empresarial, para a importância da conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações		01/10/2024 a 31/12/2027
Promover ciclos de formação/conversas temáticas dirigidas a pais, pessoal docente e pessoal não docente, sobre assuntos que interagem com a dinamização educativa e no desenvolvimento educativo das suas crianças;	n.º de ciclo de formação desenvolvida	Parceria tripartida no âmbito do protocolo de colaboração entre o EPIS, Município da Figueira da Foz e a CELBI;	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover programas de ocupação de crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade, em período não letivo, em parceria com as entidades com respostas sociais;	n.º de propostas desenvolvidas n.º de participantes	Entidades com trabalho desenvolvido na área da infância e juventude Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Município da Figueira da Foz Parceiros do CLAS	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforço e vínculo das Equipas Técnicas Multidisciplinares;	n.º de Técnicos Especializados contratados	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Ministério da Educação	01/10/2024 a 31/12/2027
Vínculo de Mediador Intercultural (para colaborar na avaliação, implementação, interligação escola-família-rede comunitária e acompanhamento das necessidades das comunidades de intervenção, a exemplo dos grupos étnicos e culturais-comunidades migrantes, comunidades ciganas, entre outras)	n.º de Técnicos Especializados contratados	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Ministério da Educação	01/10/2024 a 31/12/2027

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Dar continuidade ao Projeto “EPIS”	n.º de participantes no Projeto n.º de ações desenvolvidas	Parceria tripartida no âmbito do protocolo de colaboração entre o EPIS, Município da Figueira da Foz e a CELBI;	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenhar o Projeto Educativo Local	Concretizado Sim/Não	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Município Conselho Municipal de Educação	01/10/2024 a 31/12/2027
<p style="text-align: right;">Contribui para os seguintes ODS:</p>     			

1.3 Objetivo Específico.: Capacitar pessoal docente e não docente

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Reforçar os Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada com Equipas Multidisciplinares Específicas, por forma a responder à diversidade das necessidades educativas	N.º de elementos que integram as equipas	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Ministério da Educação	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação para Pessoal Docente e Não Docente sobre as perturbações do espectro do autismo, e outras necessidades de saúde específicas;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações		01/10/2024 a 31/12/2027
Conceção de um plano de formação anual, dirigido ao pessoal docente e não docente, com temáticas de interesse para o educativo	Plano de formação criado/ não criado	Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada do Município da Figueira da Foz Município da Figueira da Foz	01/10/2024 a 31/12/2027
Dinamizar “Comunidades de Prática”: momentos de trabalho e reflexão entre as instituições parceiras; (Ação concretizada no eixo transversal);	Grupos de “Comunidades de Prática” Criado/não criado	Município da Figueira da Foz - Equipa da Medida Radar Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:     			

EIXO IV– EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

1 Objetivo Estratégico: Favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal dos grupos mais vulneráveis (Beneficiários de RSI, Desempregados de Longa Duração, Pessoas com deficiência e incapacidade, minorias étnicas e migrantes) melhorar a relação Escola-Família-Comunidade

1.1 Objetivo Específico: Promover as condições de acesso ao mercado de trabalho, particularmente dos grupos mais vulneráveis

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Reforçar a sensibilização das entidades públicas e privadas para os programas/Medidas Ativas de Emprego existentes dirigidas aos vários tipos de público desempregado;	N.º de Entidades envolvidas n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações	Município da Figueira da Foz; Parceiros da Rede Social da Figueira da Foz;	01/10/2024 a 31/12/2027
Sensibilizar os empresários para o emprego inclusivo;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações	Município Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Sensibilizar os empresários para a importância das ações de responsabilidade social, nomeadamente as que contribuam para a quebra de ciclos de pobreza;	N.º de atividades desenvolvidas em conjunto	Município Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar uma rede de suporte de Mentoria/Tutoria (facilitador do emprego inclusivo)	Rede Criada Sim/Não	Município Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Criar e dinamizar um Gabinete de Apoio transversal (emprego, jurídico) à pessoa que procura emprego, descentralizado por todo o território;	Gabinete criado Sim/Não	Município Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação sobre direitos e deveres laborais para imigrantes	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes nas ações	Município Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover parcerias com entidades empregadoras para a inclusão das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho	Concretizado Sim/Não	Município Parceiros da Rede Social	01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:



1.2 Objetivo Específico: Ajustar as competências dos grupos mais vulneráveis às necessidades do mercado de trabalho

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover ações de formação e criação de cursos para aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade no mercado de trabalho ou para a promoção do empreendedorismo;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação/informação que visem promover a procura ativa de emprego;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover formação para a reconversão profissional, e habilidades de inovação profissional;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação relacionadas com “Artes e Ofícios”;	n.º de ações desenvolvidas n.º de participantes	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027
Promover programas de formação destinados à população migrante;	Concretizado Sim/Não	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver ações de formação de Alfabetização e de Português Língua de Acolhimento;	Comunidade Migrante	IEFP GIP FORMAR	01/10/2024 a 31/12/2027


Contribui para os seguintes ODS:



1.3 Objetivo Específico: Garantir condições efetivas de acesso à educação e da aprendizagem ao longo da vida

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Divulgar e encaminhar os Desempregados de Longa Duração para oferta formativa disponível;	n.º de ações desenvolvidas n.º de encaminhamentos	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027
Reforçar os serviços de proximidade, garantindo a igualdade de acesso aos Centros Qualifica;	Concretizado Sim/Não	IEFP GIP	01/10/2024 a 31/12/2027


Contribui para os seguintes ODS:










1.4 Objetivo Específico: Aproximar os jovens do mercado de trabalho

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Desenvolver e/ ou consolidar um programa de aconselhamento e orientação formativa e profissional para jovens;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Desenvolver “Oficinas das Profissões” junto dos Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada do Município	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Definir um plano de formação concertado entre as necessidades do mercado de trabalho, a oferta formativa e o perfil individual;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Promover visitas a empresas e feiras de emprego, como forma de dar a conhecer o tecido empresarial da Figueira da Foz;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Criar programas de verão que apoiem a integração de jovens, sobretudo daqueles que abandonaram ou estão em risco de abandono do sistema educativo;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027

Contribui para os seguintes ODS:



1.5 Objetivo Específico: Acompanhar os jovens na construção do seu projeto de vida

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Promover ações de sensibilização para jovens e famílias para a importância da adequação do perfil de competências às ofertas de educação e formação;	n.º de ações desenvolvidas n.º de encaminhamentos		01/10/2024 a 31/12/2027
Promover ações de treino de competências com base em metodologias de educação não formal;	n.º de ações desenvolvidas n.º de encaminhamentos		01/10/2024 a 31/12/2027
Envolver o tecido empresarial em ações de sensibilização junto dos jovens;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:       			

1.6. Objetivo Específico: Reforçar as ações de capacitação de jovens, e de outras pessoas em idade ativa, para o empreendedorismo

AÇÕES	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	CALENDARIZAÇÃO
Desenvolver ações que visem fomentar nos jovens a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício futuro de uma atividade no mercado de trabalho, incentivando o investimento nas atividades tradicionais da região (pesca, agricultura, salicultura, aquacultura, hotelaria);	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Marketing social em torno da potencialidade de criação de empresas associadas ao setor primário;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Promover o apoio técnico na elaboração de projetos de autoemprego;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Promover as jornadas do empreendedorismo;	Concretizado Sim/Não		01/10/2024 a 31/12/2027
Contribui para os seguintes ODS:       			

MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social é um documento de orientação estratégica que, para ser operacionalizado requer de seguida a definição de metas realistas, partilhadas com todos os parceiros do CLAS, a definição de responsáveis por cada ação e os mecanismos de monitorização, que permitam o reporte das ações realizadas e a partilha de informação.

A monitorização e avaliação são elementos cruciais no processo de construção e implementação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), pois permitem aprofundar o diagnóstico e identificar eventuais reformulações do PDS.

A monitorização consubstancia-se na recolha sistemática de informação sobre o processo de execução das ações previstas para os 4 Eixos Estratégicos de Intervenção Social:

- Eixo I – Saúde e Qualidade de Vida;
- Eixo II – Inclusão Social – Grupos Vulneráveis - Promover uma resposta integrada e Estruturada para as Situações de Risco e de Vulnerabilidade Social
- Eixo III – Promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade
- Eixo IV – Desenvolvimento Social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social em cenários de exceção.

A monitorização e avaliação da implementação do presente Plano será efetuada da seguinte forma:

- * Acompanhar todo o processo de execução do PDS, produzindo informação para a monitorizar a gestão do processo e avaliar a execução do mesmo (avaliação on- going);
- * Avaliação dos impactos sociais da implementação do plano, através de uma avaliação ex-post.

As tarefas de monitorização e avaliação são da responsabilidade do Conselho Local de Ação Social da Figueira da Foz e, em particular, do Núcleo Executivo. A este órgão será efetuado reporte anual das ações desenvolvidas no âmbito das ações propostas bem como o balanço de novos desafios, recursos, oportunidades ou ameaças que possam implicar a revisão das estratégias concertadas pelos parceiros envolvidos na elaboração do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social.

Desta forma, trata-se de uma avaliação interna, num documento que se pretende ser dinâmico e passível de ser atualizado no decurso do processo de monitorização e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local, tendo em vista a produção de efeitos corretivos e de efeitos preventivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social.

Inserir-se num processo de planeamento estratégico da intervenção social, sendo uma das competências do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e tem por objetivo servir de enquadramento a toda a intervenção social a nível local, procurando articular e vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do concelho.

O presente documento de planeamento resulta de uma leitura atualizada do Diagnóstico Social que se consubstanciou em IV Eixos de Intervenção. e na correspondente definição de estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas.

Contudo, o presente documento não deverá ser encarado como um documento finalizado, mas sim como uma ferramenta de trabalho que possibilita a inclusão de novos objetivos estratégicos, em prol do desenvolvimento integrado e coeso do Município da Figueira da Foz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

- Almeida, H. (2012). *Biologia do envelhecimento: uma introdução*. Em C. Paúl, & O. Ribeiro, *Manual de Gerontologia* (pp. 21-40). Lisboa: Lidel.
- Bandeira, M. L., Azevedo, A. B., Gomes, C. S., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Batista, M. I., & Moreira, M. J. G. (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa - 1950 - 2011 Evolução e perspetivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, P. M. (2015). O envelhecimento ativo em Portugal: tendências recentes e (alguns) problemas. *Revista Kairós Gerontologia*, pp. 7-34.
- Fialho, J., Silva C. A. & Saragoça, J. (2017), *Diagnóstico Social – Teoria, metodologia e casos práticos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- OMS, (2002). *Envelhecimento Activo: Um projecto de Política de Saúde*. Em www.crde-unati.uerj.br/doc_gov/destaque/Madri.. Obtido em 11 de setembro de 2012.
- Ribeiro, Ó., & Paúl, C. (2011). *Manual de envelhecimento ativo*. Lisboa: Lidel.
- Rosa, M. J. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz. (2015). Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 -2025 (ENIPD: 2021-2025)
- Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, “Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2023
- https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf
- https://commission.europa.eu/system/files/2017-12/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf
- <https://www.cns.min-saude.pt/wp-content/uploads/2019/12/SEM-MAIS-TEMPO-A-PERDER.pdf>

- <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/6be7d83c-pt.pdf?expires=1724769713&id=id&accname=guest&checksum=2F66EA04B328A441C10A962E419BE0F6>
- <https://pns.dgs.pt/files/2023/09/PNS-2030-publicado-em-RCM.pdf>
- https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26292/1/bookPart_83663.pdf
- https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/
- <https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/40577/Plano+de+A%C3%A7%C3%A3o+da+GPI+2022-2030/91b475b4-1f88-4d4f-9886-183fe20adb85>
- https://www.cm-figfoz.pt/pages/1010?news_id=665
- https://www.cm-figfoz.pt/cmfigueiradafoz/uploads/writer_file/document/337/plano_senior_versao_final.pdf
- https://www.cm-figfoz.pt/cmfigueiradafoz/uploads/writer_file/document/337/plano_senior_versao_final.pdf
- <https://www.diariocoimbra.pt/noticia/98721>
- <https://www.cm-figfoz.pt/pages/1342>
- <https://www.cm-figfoz.pt/pages/984>
- <https://viveremalegria.pt/o-que-fazemos/atividades-culturais-e-educativas/universidade-senior/>
- https://cceativo.pt/wp-content/uploads/2024/03/Plano-Acao-Envelhecimento-Ativo-e-Saudavel-2023_2026-1.pdf
- <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>
- <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/igen/Documents/V-Plano-Acao-Prevencao-Combate-Trafico-Seres-Humanos-2022-2025.pdf>
- <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDEysQAASnPtKQUAAA%3D>
- <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>
- https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2022/12/sfc2021-PRG-2021PT16RFTA001-1.3_PAT.pdf
- <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/files/0fe0feaaf0e90516d418a283ac054c4b.pdf>

- https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/43755/9789899556867_por.pdf?sequence=3&isAllowed=y
- https://www.fami2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/20/2024/02/FAMI2030_EstrategiaPlanoComunicacao.pdf
- <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf>
- [0 PMAC PAESC 11Fev2024.CS.FINAL pag1 a pag160 \(cm-figfoz.pt\)](#)
- https://www.cm-figfoz.pt/cmfigueiradafoz/uploads/writer_file/document/192/estrategia_municipal_de_adptacao_as_alteracoes_climaticas.pdf
- <https://www.ihru.pt/>
- www.portaldahabitacao.pt/
- <https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/prr-bnaut>
- <https://www.iefp.pt/estatisticas>
- <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/d918b520-63a9-11eb-aeb5-01aa75ed71a1>
- <https://pns.dgs.pt/files/2015/08/Programa-Nacional-para-a-Sa%C3%BAde-das-Pessoas-Idosas.pdf>
- https://www.cm-figfoz.pt/pages/1010?news_id=907
- <https://www.ine.pt/>
- <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas>
- <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/01/00900/0003100078.pdf>
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/14-2024-836495389>
- <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/05/09700/0222002245.pdf>
- <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/10/20100/0004200125.pdf>
- <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/11/22200/0001200061.pdf>
- <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2019/10/202000000/0014200143.pdf>
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/113-2021-175865938.pdf>
- <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2021/12/25300/0000500032.pdf>

ANEXOS

D.1. Saúde

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas SAÚDE	<ol style="list-style-type: none">1) Recolha de informação e encaminhamento na área da saúde;2) Recolha e prestação de informação sobre programas do Município;3) Lista de espera – Equipa de reabilitação do Centro de Saúde (necessidade de reforçar a equipa);4) Falta de recursos humanos;5) “Relativa” Insuficiência de recursos humanos na área da psicologia e medicina -ICAD;6) Sobrecarga dos Técnicos - acumulação de funções;7) Falta de RH para a deslocalização de profissionais;8) Dificuldades de resposta adequada a grávidas/casais com mais dificuldades, no princípio de integração no país ou falta de estratégia dos próprios;9) Dificuldade em dar resposta às grávidas (especialmente na comunidade migrante – volume enorme de grávidas);10) Tempo de espera para integração no descanso do cuidador, no âmbito da Rede nacional de Cuidados Continuados;11) Dificuldade no acesso a consultas/ acompanhamento de pedopsiquiatria/psiquiatria;12) Desigualdade no acesso aos cuidados de saúde primários/locais sem polos abertos diariamente;13) Insuficiência de recursos humanos (medicina e psicologia);14) Dificuldade ou desmotivação para a frequência do grupo de autoajuda – resistência à intervenção por parte dos cuidadores (ECI);15) Instalações físicas do ICAD com necessidade de intervenção;16) Falta de resposta habitacional para indivíduos “Sem Abrigo”;17) Inexistência da equipa de intervenção comunitária para a população sem-abrigo;18) Desigualdade no acesso aos cuidados de saúde primários (não há médicos diariamente);19) Dificuldades de comunicação com migrantes asiáticos;20) Encerramento da USF Salis - Pólo de Cova Gala;21) Toxicodependência;22) Falta de médicos de família;23) Carência de ajudas técnicas;24) Elevados tempos de espera no atendimento no serviço de urgências do HFFF;25) Problemas de saúde mental;26) Falta de recursos na área da obstetrícia;27) Demência e incapacidade de alguns idosos não institucionalizados;28) Rede de transportes públicos deficitária;29) Constrangimentos nos encargos financeiros para manutenção de balcão SNS;30) Falta de profissionais na área da saúde;31) Desmotivação dos profissionais32) Condições de trabalho desadequadas para os profissionais;33) Funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários;34) Dificuldade de deslocação por parte dos utentes;35) Dificuldade em agendar consulta médica;36) Rede de transportes deficitária;
---	--

D.2. Grupos Vulneráveis

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

- 1) Falta de reativação de algumas dinâmicas na rede de parcerias;
- 2) Falta de atualização do diagnóstico;
- 3) Interrupção das Reuniões de Núcleo Local de Inserção (NLI);
- 4) Saúde Mental: ausência de Equipas domiciliárias;
- 5) Ausência de Equipas Multidisciplinares no apoio de proximidade aos Idosos;
- 6) Acumulação e excesso de trabalho por parte das equipas, que não permite trabalhar com maior rigor;
- 7) Necessidade de especialização/formação dos Técnicos;
- 8) Reduzidos e insuficiente número de casos de jovens em iniciação de consumos de substâncias psicoativas encaminhados pelas escolas e instituição que “trabalha” os comportamentos aditivos, ICAD;
- 9) Doença mental;
- 10) Isolamento social;
- 11) Isolamento social e geográfico: perda de competências cognitivas, de sociabilidade;
- 12) Idosos com dependência;
- 13) Tempo de espera para resposta para o descanso do cuidador;
- 14) Agudização das problemáticas de saúde;
- 15) Dinâmicas familiares disfuncionais;
- 16) Exclusão Social; Metodologia de “Gestão de Caso”, ainda não implementada de forma transversal por todas as Equipas Técnicas;
- 17) Dificuldade de algumas Escolas para programas de maior continuidade na área da Prevenção dos Comportamentos Aditivos, em detrimento de ações pontuais que não alteram comportamentos, de acordo com as evidências científicas;
- 18) Pouca comunicação com os Serviços Públicos Centrais, no que respeita à orientação e ao encaminhamento de casos;
- 19) Nível de procura de ajuda alimentar acima da capacidade de resposta;
- 20) Ausência de sinalização e referenciação de situações preocupantes no território;
- 21) Pouca articulação entre as escolas e as instituições que trabalham os comportamentos aditivos;
- 22) Barreiras arquitetónicas;
- 23) Ausência de programas prevenção continuada;
- 24) Falta de vagas em lares residenciais;
- 25) Ausência/Insuficiência de formação profissional;
- 26) Ausência de retaguarda familiar;
- 27) Falta de hábitos de trabalho;
- 28) Desemprego;
- 29) Famílias numerosas;
- 30) Ausência/insuficiência de rendimentos;
- 31) Início de consumo de substâncias psicoativas, cada vez mais precoce;
- 32) Constante alteração nos padrões de consumo (jovens cada vez mais cedo a iniciar consumos em substâncias psicoativas (Ex. ácidos, ND’s), com forte impacto ao nível da saúde mental;
- 33) Alteração das práticas de consumo;
- 34) Novas substâncias psicoativas;
- 35) Novas dependências digitais (jogos online, internet e pornografia);
- 36) Jovens com consumos, que não procuram ajuda;
- 37) Hiato de tempo entre o eclodir do problema de consumo e a intervenção, quando aceitam ajuda já a dependência está instalada;
- 38) Falta de articulação entre as Escolas e as Instituições no que respeita à identificação e sinalização de comportamentos aditivos dos alunos; Referenciação de muito poucas situações ao ICAD;

- 39) Há intervenção nas escolas já de redução de danos e não de prevenção;
- 40) Investimento no trabalho de redução de danos e não de prevenção;
- 41) Aumento de situações de dependência de substâncias aditivas (toxicodependências/alcoolismo);
- 42) Aumento do consumo de álcool entre os jovens, adultos e idosos;
- 43) Tempo de espera longo para internamento e para desabilitação, nas situações de toxicodependência;
- 44) Estigma e preconceito;
- 45) Dificuldade de alguns serviços em trabalharem com a população com maior vulnerabilidade;
- 46) Falta de recursos e respostas na área da Saúde;
- 47) Idosos em situação de dependência;
- 48) Falta de condições de habitabilidade nas residências de muitas famílias (nomeadamente situações de pobreza energética);
- 49) Necessidade de reajuste das respostas sociais face às necessidades;
- 50) Insuficiência de vagas cativas em ERPI'S;
- 51) Inexistência de protocolos para descanso do cuidador em Lar Residencial;
- 52) Taxa de desemprego;
- 53) Emprego precário;
- 54) Integração social;
- 55) Falta de consciência cívica;
- 56) Ciclos ininterruptos de formação;
- 57) Subsidiodependência;
- 58) Não procura ativa de emprego;
- 59) Risco de marginalidade em contextos familiares;
- 60) Falta de respostas, principalmente na área do emprego e alojamento;
- 61) Jovens e adultos em situação de NEET (*Not in Employment Education or Training*);
- 62) Desvalorização das estratégias continuadas de prevenção;
- 63) Sobrecarga laboral na maioria dos profissionais da área social;
- 64) Situações de desemprego de longa duração e da consequente falta de hábitos de trabalho;
- 65) Rede de transportes públicos deficitária;
- 66) Ausência de Equipas Comunitárias de Intervenção;
- 67) Violência doméstica: necessidade de acompanhamento dos agressores;
- 68) Instituições com dificuldade para atribuição de apoio alimentar: não têm capacidade; o apoio e recolha nos supermercados foi alterada; doações em género são menores;
- 69) Programa PESSOAS: lista de espera para atribuição de ajuda alimentar;
- 70) Famílias com crianças menores com dificuldades na gestão do dia-a-dia;
- 71) Valores das cauções para aluguer de uma habitação;
- 72) Alugueres sem emissão de recibo;
- 73) Aumento do fluxo migratório;
- 74) Desresponsabilização do papel familiar;
- 75) Falta de vínculo e responsabilidade parental;
- 76) Integração Social;
- 77) Consciência social e pessoal;
- 78) Falta de apoio e informação;
- 79) Comunidade migrante: falta de habitação condigna; falta de condições de trabalho (salário/horário);
- 80) Dificuldade de integração/inserção da comunidade migrante;
- 81) Idosos: esquecimento por parte da família;
- 82) Crianças: utilização precoce de redes sociais;
- 83) Falta de controlo de entrada e desconhecimento do número exato de cidadãos migrantes;
- 84) Identificação de situações de pessoas com problemas mentais;
- 85) Falta de acompanhamento familiar;
- 86) Resposta tardia/inexistente da AIMA (legalização/fiscalização);
- 87) Fraca participação associativa;
- 88) Ausência de acompanhamento familiar – solidão;
- 89) Desemprego;
- 90) Desestruturação familiar;

- 91) Carência económica;
- 92) Pobreza envergonhada;
- 93) Rede de transportes;
- 94) Baixos rendimentos;
- 95) Baixas habilitações literárias;
- 96) Formação desajustada às pessoas em situação de sem abrigo;
- 97) Fator idade na empregabilidade (sobretudo na população em situação de sem abrigo);
- 98) Aumento das situações de Pessoas em Situação de Sem Abrigo no verão;
- 99) Resistência à frequência de ofertas formativas;
- 100) Desacreditação no funcionamento das instituições;
- 101) Problemas de higiene pessoal e alimentação;
- 102) Barreiras linguísticas;
- 103) Processo de equivalências dos certificados de qualificação das pessoas da comunidade migrante;
- 104) Desemprego, e desemprego jovem;
- 105) Ausência de objetivos;
- 106) Dificuldades de “Viver de forma independente”;
- 107) Lentidão nas respostas (especificamente para pessoas com comportamentos aditivos);
- 108) Ausência de suporte familiar;
- 109) Dificuldade de resposta de emergência para pessoas com deficiência;
- 110) Patologias de saúde mental;
- 111) Aumento do custo de vida;
- 112) Facilidade de acesso a estupefacientes, de forma indiscriminada e de baixo custo;
- 113) Absentismo escolar;
- 114) Inexistência de uma Equipa efetiva dedicada à CPCJ;
- 115) Falta de respostas habitacionais
- 116) Gestão pessoal, financeira e doméstica;
- 117) Inexistência de uma Loja Social (sobretudo roupas e bens alimentares);

D.2.1. Pessoas Idosas

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS: PESSOAS

- 1) Aumento da esperança média de vida;
- 2) Repensar as atividades propostas em função da autonomia e interesses da pessoa idosa e não determinada pelo fator idade;
- 3) Mudança no conceito de família;
- 4) Impacto nas famílias das alterações socioeconómicas;
- 5) Falta de respostas sociais na área do apoio domiciliário;
- 6) Situações limite de pessoas em idade muito avançada, que condicionam o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas (em algumas ERPI, a média de idades é de 80 anos);
- 7) Dificuldade em participar em algumas iniciativas comunitárias, devido ao grau de dependência das pessoas e o número de Recursos Humanos necessário para o efeito;
- 8) Situações usura/violência nas pessoas idosas (filhos ficam com as reformas dos pais);
- 9) Colocação em respostas sociais condicionada por dificuldades económicas;
- 10) Procura tardia de respostas sociais por parte das famílias, que acabam por integrar os serviços com graves dependências: requer outros cuidados como temperatura, adaptação dos WC, mobilidade, autonomia;
- 11) Complexidade social de alguns casos identificados;
- 12) Idosos entram nas instituições já sem autonomia ou condicionados pela dificuldade económica;
- 13) Necessidade de atividades diferenciadas, tendo em conta as várias limitações da pessoa idosa;
- 14) Falta de atividades para inclusão de idosos beneficiários dos SAD (para combater o isolamento);
- 15) Situações díspares de proteção à pessoa idosa que permanece em casa: ou está completamente protegida ou completamente desprotegida;

- 16) Existência de situações negligência em que a pessoa idosa habita em locais sem água e sem higiene;
- 17) Dificuldade de encontrar respostas para todas as situações, por exemplo, para integração em ERPI;
- 18) Preocupação com as pessoas idosas, com dificuldades, que passam as noites sozinhas;
- 19) Comorbilidades associadas à idade (doença mental/doença física);
- 20) Horários de funcionamento do apoio domiciliário;
- 21) Insuficiência de uma rede de catering (apenas 1 instituição disponibiliza), que condiciona a qualidade do serviço prestado ao nível da alimentação
- 22) Falta de colaboradores dos quadros operacionais nos Centro de Saúde;
- 23) Lacunas a nível formativo nos Centro de Saúde;
- 24) Poucos técnicos de saúde para o trabalho de sinalização de situações de perigo, isolamento, violência;
- 25) Falta de recursos materiais (por exemplo: viaturas, consumíveis, etc.);
- 26) Limitações financeiras;
- 27) Recursos Humanos com pouca qualificação;
- 28) Resistência à formação por parte de alguns colaboradores;
- 29) Equipas para facultar/ministrar formação aos técnicos;
- 30) Desinteresse e (in)disponibilidade de pessoas para trabalhar na área da Terceira Idade;
- 31) Desafios ao apoio domiciliário: dificuldade em recrutar Recursos Humanos, e com experiência;
- 32) Exigências das tarefas que provocam um grande desgaste;
- 33) Exaustão na prestação de cuidados que leva a comportamentos desajustados;
- 34) Baixas remunerações;
- 35) Desvalorização profissional;
- 36) Falta de pessoas com perfil técnico de “Auxiliar de Geriatria”;
- 37) Escassez de gerontólogos nas instituições;
- 38) Volume de tarefas administrativas (condicionantes da realização de atividades);
- 39) Falta de valorização dos Recursos Humanos que trabalham com as pessoas idosas;
- 40) Limitação dos apoios do Instituto da Segurança Social;
- 41) Rede de transportes públicos deficitária;
- 42) Falta de transportes para os idosos se deslocarem aos Centros de Saúde e Hospitais;
- 43) Falta de transportes para os colaboradores se deslocarem às zonas Norte e Sul;
- 44) Transporte coletivo (autocarro) disponibilizado pelo Município, é limitado;
- 45) Dificuldade em chegar às pessoas com falta de autonomia e mobilidade;
- 46) Situações de isolamento e solidão;
- 47) A noite e o luto não são áreas abordadas socialmente;
- 48) Saúde Mental (ausência de resposta);
- 49) Famílias exaustas;
- 50) Insuficiência de suporte familiar;
- 51) Aumento de casos de demência e impacto na autonomia da pessoa;
- 52) Descanso e exaustão do cuidador informal;
- 53) Cuidadores informais sem rede de suporte;
- 54) Negação de algumas situações de demência;
- 55) Acessibilidades;
- 56) Pouca articulação entre as coletividades e associações;
- 57) Pouca articulação com as empresas (nomeadamente para alternativas de respostas alimentares);
- 58) Cuidados primários ao idoso (exemplo: toma da medicação);
- 59) Desproteção dos idosos em situação de isolamento;
- 60) Condicionamento da autodeterminação (imposição dos filhos);
- 61) Proximidade territorial leva a respostas sociais com utentes de outros municípios;
- 62) Ausência de empresas de recrutamento de cuidadores/auxiliares (permanência em casa do idoso);
- 63) Dificuldades de gestão das IPSS's (estrangulamento financeiro);
- 64) Utentes mais carenciados sem apoio de retaguarda e sem “complicação” do ISS - vagas;
- 65) Ausência de Equipas de Saúde na maioria as ERPI's;
- 66) Dificuldades de resposta para as situações de pessoas idosas com deficiência/incapacidade;
- 67) Barreiras arquitetónicas: condicionam a mobilidade e autonomia da pessoa;

D.2.2. Crianças e Jovens

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS: CRIANÇAS E JOVENS

- * Situações de extrema pobreza e de “nova pobreza” de famílias com emprego;
- * Aumento do número de sinalizações de crianças e jovens em perigo;
- * Famílias nucleares com filhos, beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, nas quais residiam em junho de 2024, 186 crianças
- * Aumento do número de famílias isoladas e monoparentais;
- * Problemas de Saúde mental: aumento e surgimento cada vez mais precoce;
- * Falta de acompanhamento da área da saúde mental para as crianças e adultos;
- * Ausência de recursos de acompanhamento na área da saúde mental infantil – necessidade de equipas especializadas;
- * Adultos com psicopatologia com descendentes a cargo;
- * Aumento da necessidade de apoio psicossocial/follow-up;
- * Ausência de recursos de acompanhamento na área da saúde mental infantil;
- * Insuficiência de resposta ao nível da pedopsiquiatria;
- * Necessidade de equipas especializadas;
- * Ausência de equipas de intervenção no âmbito da saúde mental;
- * Multiculturalidade;
- * Dificuldades de comunicação com as famílias: linguagem, tradução, sobretudo da população asiática que não fala inglês;
- * Dificuldade em usar linhas de comunicação/tradução no apoio aos migrantes;
- * Baixos níveis de literacia e de motivação para a frequência escolar / desinteresse na procura ativa de emprego ou busca de desenvolvimento de aptidões profissionais;
- * Impacto da comunidade migrante nas estruturas existentes;
- * Impacto do n.º de crianças/n.º de respostas sociais existentes;
- * Lista de espera para creches;
- * Ausência de um pedopsiquiatra no HDFF a tempo inteiro;
- * Desvinculação de famílias a interromper os ciclos familiares;
- * Falta de resposta ao nível de CAFAP;
- * Desconhecimento do sistema de promoção e proteção;
- * Ausência de competências parentais;
- * Escassez de equipa de proximidade que faça treino de competências parentais;
- * Resposta tardia da AIMA relativamente a C/JENA;
- * Estilos de vida enraizados na comunidade/família em que torna complicado a inclusão das crianças nos ciclos de ensino e percursos de vida formais;
- * Marginalidade precoce;
- * Maior desinvestimento das famílias;
- * Dificuldade na conciliação entre a vida familiar e profissional;
- * Excessivo número de horas que as crianças passam na creche;
- * Alterações no paradigma familiar: desresponsabilização das famílias face ao papel das Instituições;
- * Resposta para o descanso do cuidador: ausência de protocolos com as Instituições residenciais para situações de descanso do cuidador;
- * Persistência de situações de violência doméstica (1.ª problemática associada às situações comunicadas/ sinalizadas à CPCJ);
- * Risco de insucesso e abandono escolar (jovens NEET); Risco de marginalidade precoce;
- * Fraca participação dos pais/mães/encarregados de educação na vida escolar
- * Fraca adesão das famílias aos Programas/Respostas existente;
- * Falta de celeridade de respostas para adolescentes marginalizados;
- * Falta de celeridade de respostas para crianças/jovens integrados em respostas de promoção e proteção;
- * Falta da comunidade associativa em alguns focos sociais;
- * Formação para docentes e não docentes, ao nível da multiculturalidade,

nomeadamente no acolhimento da comunidade migrante;

- * Rede de transportes deficitária;
- * Falta de transporte específico (público) para crianças com deficiência e incapacidade (nomeadamente crianças com espectro do autismo);
- * Reforço policial junto às escolas;

D.2.3. Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS: PESSOAS COM

DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

- * Falta de apoios específicos e direcionados para os agregados familiares onde existem casos de deficiência e/ou incapacidade;
- * Dificuldade de recrutamento de recursos Humanos qualificados;
- * Necessidade de Recursos Humanos com formação na área de Assistentes Pessoais;
- * Pouca articulação com as empresas e tecido industrial;
- * Estigma e preconceito;
- * Ciclos ininterruptos de formação;
- * Poucas vagas na resposta de lar residencial;
- * Fraca rede de transportes públicos com acessibilidade;
- * Fragilidade da rede de encaminhamento dos jovens com deficiência e/ou incapacidade, desde o seu período escolar até à possível integração numa Instituição e/ou mercado de trabalho;
- * Ausência de estrutura, tipo residência autónoma, especialmente para pessoa com doença mental;
- * Competitividade de outras instituições na área da deficiência, fora da sua área geográfica;
- * Inexistência de resposta específica para as crianças do 1.º e 2.º ciclos, nos períodos extracurriculares;
- * Inexistência de um autocarro adaptado para apoio às deslocações;
- * Cuidadores de filhos adultos com deficiência: vazio de respostas às famílias;
- * Inexistência de resposta apoio domiciliário, fora do período de funcionamento dos serviços;
- * Sobrecarga das famílias, nomeadamente das famílias multiproblemáticas;
- * Barreiras Arquitetónicas;

D.2.4. Comunidades Migrantes

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS:

COMUNIDADES MIGRANTES

- * Fluxo migratório (nomeadamente na zona Sul e particularmente na freguesia da Marinha das Ondas): trouxe uma nova dinâmica na população, tal como, a sobrelotação habitacional, falta de resposta habitacional; respostas sociais para crianças sem vagas; emprego em tarefas não qualificadas; dificuldade no reconhecimento do certificado de habilitações;
- * Dificuldade por parte da comunidade migrantes, em obter certificados de equivalência escolar e profissional;
- * Questões culturais que impactam a integração social;
- * Assimetria de género;
- * Dificuldades de integração em respostas de educação/formação para jovens com 18 e mais anos;
- * Impactos no processo de aprendizagem (leitura e escrita);
- * Coexistência de 5/6 nacionalidades na mesma turma;
- * Problemas de saúde mental;
- * Nova realidade (2 anos) ao nível do consumo de álcool e impacto na família;
- * Dificuldade dos Técnicos em chegar às famílias;
- * Barreira da língua para acessibilidade aos serviços;
- * Dificuldade e operacionalidade das linhas de tradução;

D.2.5. Minorias Étnicas

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS:

MINORIAS ÉTNICAS

- * Questões culturais que impactam a integração social;
- * Assimetria de género;
- * Baixos níveis de literacia das famílias;
- * Desvalorização das famílias face ao papel da escola;
- * Absentismo e abandono escolar precoce;
- * Preconceito laboral;
- * “*Clandestinidade étnica*” das pessoas da comunidade integradas no mercado;
- * Discriminação;
- * Estereótipos culturais;
- * Ausência de conhecimento sobre as comunidades por parte dos serviços e profissionais das diferentes áreas;
- * Rótulos associados aos bairros sociais; segregação em “ghettos”;
- * Discriminação no acesso à habitação/arrendamento privado;
- * Chegar às diferentes comunidades ciganas;
- * Auto percepção de discriminação que impacta nos processos de integração social;
- * Dificuldades na assunção dos direitos e deveres consagrados;

D.2.6. Pessoas em Situação de Sem Abrigo

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS:

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

- * Alojamento de 1.ª linha de resposta à PSSA;
- * Ausência de resposta alimentar de apoio durante o fim-de -semana, noite e feriados;
- * Existência de grupos socialmente vulneráveis (pessoas em situação de sem-abrigo, imigrantes, comunidades ciganas) que carecem de respostas diferenciadas;
- * Falta de diversificação e especificidade das respostas habitacionais;
- * Saúde: Resposta demorada no agendamento de consultas especialidade; falta de respostas na área de saúde mental; dificuldades de concertação/colaboração na alta social e dificuldade/incapacidade do SNS em assegurar resposta a estas situações;
- * Emprego: Encaminhamento para trabalhos adaptados às competências de cada PSSA;
- * Insuficiência de articulação Interinstitucional entre serviços na resolução dos casos;
- * Sazonalidade do território: aumento das PSSA, “passantes”, nos meses de verão;
- * Rede de transportes públicos deficitária;
- * Idade cada vez mais jovem na situação de sem-abrigo;
- * Escassez de respostas de alojamento de 1.ª linha para pernoita das PSSA – espaço de acolhimento e pernoita;
- * Dificuldade de acesso a respostas de saúde oral (questão impactante em diferentes dimensões da vida da pessoa, em particular, no acesso ao mercado de trabalho);
- * Dificuldade de integrar PSSA com várias fragilidades de saúde, em Estruturas Residências para Idosos;

D.3. Educação

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas

EDUCAÇÃO:

- * Taxa de analfabetismo no Município da Figueira da Foz (3,37% indicador acima da média nacional);
- * Isolamento das crianças – nomeadamente a partir do 2º e 3º CEB, sobretudo nas pausas letivas, e fora da zona urbana;
- * Número de alunos com espectro do autismo, sem resposta;
- * Falta de apoio técnico especializado a crianças com espectro autismo;
- * Falta de técnicos especializados nas Terapias da Fala e Ocupacional;
- * Inexistência de Equipas Multidisciplinares em permanência (nomeadamente psicossociais) em alguns Agrupamentos de Escola;
- * Existência de alunos, principalmente provenientes de grupos sociais vulneráveis, com dificuldades no acesso a explicações e/ou apoio escolar;
- * Dificuldades de comunicação, barreiras linguísticas e culturais, nomeadamente com famílias das Comunidades Migrantes;
- * Desafios da multiculturalidade em ambiente escolar;
- * Demissão das famílias do papel educativo;
- * Transferência das responsabilidades parentais para as escolas;
- * Baixo nível de comprometimento das famílias com a educação dos alunos;
- * Desrespeito, por parte dos pais e alunos, pelas Instituições ou Entidades (exemplo: Escolas, CPCJ, etc.);
- * Atitudes de indisciplina e violência por parte das crianças;
- * Acréscimo de comportamentos aditivos;
- * Dispersão geográfica das Escolas dos Agrupamentos

D.3. EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

Principais problemáticas:

Principais problemáticas identificadas EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

- * Taxa de analfabetismo do Município da Figueira da Foz (3,37%), ligeiramente acima da média nacional (3,08%), maior incidência no género feminino (4,69%);
- * Fraca articulação entre os serviços de apoio social, educação, formação e tecido empresarial;
- * Fraco acolhimento e incentivo a propostas de (re)qualificação dos colaboradores (ex. disponibilização de horários, melhoria das condições salariais);
- * Dificuldade de encaminhamento e integração no mercado de trabalho de beneficiários de Rendimento Social de Inserção, Desempregados de Longa Duração, minorias étnicas, pessoas em situação de sem abrigo, pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas com mais de 55 anos;
- * Pouca receptividade das empresas para a implementação das Medidas de Apoio ao Emprego;
- * Ciclos ininterruptos de formação, com dificuldade de certificação profissional;
- * Baixos salários;
- * Emprego sazonal e precário (pesca, hotelaria);
- * Fragilidades sociais e económicas, em particular dos grupos em situação de maior vulnerabilidade;
- * Baixa empregabilidade de Desempregados de Longa Duração, sobretudo de beneficiários de RSI, grupo etário com + 55 anos e membros de grupos vulneráveis (como pessoas da comunidade cigana, pessoas em situação de sem-abrigo e pessoas com deficiência);
- * Perfil dos candidatos desajustado às ofertas de emprego existentes (necessidades de mercado de trabalho);
- * Baixos níveis de qualificação (profissional e escolar) dos grupos mais vulneráveis;
- * Falta de conhecimento ao nível das técnicas de procura de emprego;
- * Ausência de ações de desenvolvimento de competências deslocalizadas nas freguesias;
- * Aumento do desemprego registado entre a população migrante;
- * Dificuldade de integração em mercado de trabalho por parte de Mulheres oriundas de Países Asiáticos;
- * Dificuldades de certificação de algumas áreas profissionais e académicas;
- * Não identificação dos jovens com as estruturas formais de educação e emprego;
- * Desadequação da formação profissional às necessidades do mercado de trabalho e/ou público e suas motivações
- * Preconceito sobre o Ensino Profissional;
- * Barreiras culturais;
- * Perceção social de algumas áreas profissionais;
- * Diferença no código linguístico: formas de comunicação diferentes entre os jovens e a sociedade;
- * Estereótipos associados a algumas modalidades de formação e a algumas profissões;
- * Absentismo/ abandono escolar;
- * Vulnerabilidade social das pessoas com deficiência e/ou incapacidade (negação e não aceitação da sua condição);
- * Ausência de respostas no Município, como o CLAIM ou serviços de apoio jurídico à comunidade;
- * Fluxos migratórios internos; - Perfis profissionais – equivalências;
- * Rede de transportes deficitária;